
ARTIGOS

ZIMBOS E LIBONGOS: A MOEDA NA CAPITANIA GERAL DO REINO DE ANGOLA (1570-1648)*

Pedro Puntoni  

Universidade de São Paulo
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

No século XV e XVI, as trocas dos mercadores portugueses na África Centro-Occidental prescindiam da moeda, resolvendo-se pelos interesses comuns pelas mercadorias reciprocamente distantes e não usuais. Com efeito, os portugueses encontram uma realidade em que um sistema monetário baseado no metal – seja ouro ou prata – praticamente não existia. O movimento comercial, em termos locais, dava-se sobretudo com a troca de gêneros. Segundo Colleen Kriger, “durante os séculos do comércio transsaariano, os comerciantes da África Occidental não adotaram a cunhagem do norte da África como uma forma geral de moeda”.¹ Não obstante alguns *dinares* de ouro e *dirhams* de prata pudessem circular, os comerciantes utilizavam-se de “moedas mercadorias”, como “o ouro em pó, sal de rocha, têxteis de algodão, ferro em barra e sal marinho, juntamente com conchas do Oceano Índico”.² Essas moedas-mercadoria, “moedas primitivas”, como têm sido nomeadas pela historiografia – com um claro

* Resultado parcial da pesquisa desenvolvida com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico (CNPq) [bolsa de produtividade em pesquisa – Processo 309960/2021-5] e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) [auxílio à pesquisa regular – Processo 2021/14583-4]. Agradeço aos colegas Diego Cambraia Martins, Gustavo Acioli Lopes, Maximiliano M. Menz, Leonardo Marques e Wolfgang Lenk pela leitura crítica de uma primeira versão deste texto, assim como aos pareceristas da *Afro-Ásia*, que contribuíram com sugestões e indicações valiosas.

1 Colleen E. Kriger, *Making Money: life, death, and early modern trade on Africa's Guinea Coast*, Athens: Ohio University Press, 2017, p. 12.

2 Kriger, *Making Money*, p. 12.

viés colonial –, exerciam plenamente a função monetária e garantiam as trocas entre diversos sistemas econômicos.³

Na região do Congo e Angola, havia um sistema de trocas baseado em uma moeda-mercadoria: os *zimpos* (*n'zimbu*), pequenas conchas acinzentadas derivadas de uma espécie de molusco gastrópode (*Olivancillaria nana*) que, por sua beleza muito peculiar e raridade, eram apreciados e, com o tempo, constituíram-se como um dos instrumentos de troca mais utilizados. Inicialmente, os *zimpos* mais belos e apreciados na costa ocidental eram os extraídos das areias no mar da Ilha de Luanda.⁴ Além destes, os *libongos* (um tipo de pano) e as *cruzetas* de cobre também serviam oportunamente para realizar trocas.⁵ A ampliação das trocas mercantis, com o crescimento do comércio de escravizados e a integração da África à lógica do Sistema Colonial, irá exigir um ajustamento das moedas locais. Assim, os vários sistemas monetários locais foram sendo traduzidos e absorvidos na lógica mercantil europeia, integrando – de maneira forçada e subalterna – os mecanismos mundiais de troca que iam se desenhando.⁶ Seguindo as

3 Para uma compreensão das diversas moedas primitivas, apesar de uma posição “evolucionista”, veja o clássico estudo de Paul Einzig, *Primitive Money: In its Ethnological, Historical and Economic Aspects*, London: Eyre & Spottiswoode, 1951. Veja também o estudo de A. H. Quiggin, *A Survey of Primitive Money: The Beginnings of Currency*, London: Methuen and Company Limited, 1949.

4 João Leão Perez, *A moeda em Angola (subsídios para o seu estudo)*, Luanda: Ed. do autor, 2017, p. 23-24.

5 Sobre as cruzetas, ver: Virgílio Ferreira, *Prontuário de Moeda de Angola*, Luanda: C.I.T.A., 1967.

6 Phillip D. Curtin insiste que o relativo isolamento dos sistemas monetários africanos teria perdurado até o século XIX. Essa posição tem sido criticada pela historiografia mais recente, atenta à maior integração dos sistemas monetários na escala da economia-mundo ou, mais precisamente, em uma *economia global*. Phillip D. Curtin, “Africa and the wider monetary world, 1250-1850” in J. F. Richards (ed.), *Precious Metals in the Later Medieval and Early Modern Worlds* (Durham, N.C.: Carolina Academic Press, 1983), pp. 231-268. Para uma crítica, ver Toby Green, “Africa and the Price Revolution: Currency Imports and Socioeconomic Change in West and West-Central Africa During the 17th Century”, *The Journal of African History*, v. 57, n. 1 (2016), pp. 1-24, [DOI](#). Para uma leitura dessa correlação entre os diferentes espaços monetários no processo de escravização na África, na sua dimensão atlântica – ou seja, pensando a região produtora de mercadorias na América, destino dos trabalhadores escravizados –, veja-se o texto de Joseph C. Miller, “Credit, Captives, Collateral, and Currencies: Debt, Slavery, and the Financing of the Atlantic World” in Gwyn C. Campbell e Alessandro Stanziani (eds.), *Debt and Slavery in the Mediterranean and Atlantic Worlds* (London: Pickering and Chatto, 2013), pp. 105-121.

regras das trocas monetárias, como sugere Braudel, os europeus fazem uso das moedas da terra, “têm de jogar o jogo local, onde quer que vá impor-se”. Isso porque todas as moedas do mundo estão, de uma certa forma, “agarradas umas às outras”.⁷ Uma vez instrumentalizados pelos europeus, a sua desvalorização contínua – em razão do domínio mercantil dos circuitos capitalistas – iria levar a seu abandono pelos próprios mercadores vinculados às trocas da economia-mundo. Contudo, sem desaparecerem, essas moedas locais iriam perseverar, mas recuadas para regiões mais empobrecidas e inferiorizadas, mantendo-se isoladas em circuitos mais restritos.

Os *zimbo*: moedas-conchas

Em meados do século XVI, quando os portugueses consolidaram sua presença na região de Angola, com a fortificação de São Paulo de Luanda, a extração das conchas era de propriedade exclusiva do rei do Congo. António de Oliveira de Cadornega – português de Vila Viçosa, mas que passou a maior parte de sua vida em Angola, como militar e juiz – relatou, na sua *História Geral das Guerras Angolanas* (1681), que a “tão proveitosa pescaria do *zimbo*” dava-se na ponta da Ilha de Luanda. Na sua descrição, o *zimbo* “são uns corações como búzios pequenos, mas redondos: este tal gênero é o melhor dinheiro que corre no reino do Congo, de onde antigamente havia *baculamento*⁸ aquele rei, e a ilha estava à sua devoção”.⁹ O *zimbo* era buscado na ponta da Ilha, pelos seus habitantes chamados de “Muxiluandas” (Axiluanda)¹⁰ e em particular pelas mulheres:

7 Fernand Braudel, *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVII*, São Paulo: Martins Fontes, 1996, v. 1, p. 419.

8 O termo “baculamento” deriva do verbo *kabakula*, que significa tributar. Sobre os baculamentos, veja a introdução do livro de Aida Freudenthal e Selma Pantoja (eds.), *Livro dos Baculamentos: que os sobas deste reino de Angola pagam a sua majestade 1630*, Luanda: Arquivo Nacional de Angola, Ministério da Cultura, 2013, pp. 15-23.

9 António de Oliveira de Cadornega, *História geral das guerras angolanas: 1680*, Anotado e corrigido por José Matias Delgado, Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1972, t. 2, p. 242.

10 O termo “axiluanda” (do kimbundo) é o plural de muxiluanda, o nome dado aos naturais da ilha de Luanda. Segundo Roberto Guedes e Ariene Carvalho, o termo

boa distância a busca na ponta e extremo desta Ilha que faz a barra e enseada ao porto desta Cidade, e da parte da costa estando a maré a preamar, ou não havendo marés encapeladas, se mete esta gente feminina nela nadando e mergulhando, em que são muito destros, pela continuação tiram então mãos cheias de areia onde vem misturado, indo botando em uns saquinhos tecidos de palha a que chamam *cofos* que do pescoço a tiracolo levam onde o botam e ajuntam cada uma o seu; e se o mar não se altera estão naquela pescaria de pela manhã até o sol posto [...].¹¹

A primeira referência aos *zimbo*s de que temos notícia está no *Esmeraldo de situ orbis*, texto escrito por Duarte Pacheco Pereira em 1506. Quando descreve o Reino do Congo, o navegador fala das “ilhas” onde

apanham os ditos negros uns búzios pequenos que não são maiores que pinhões com sua casca a que eles chama zimbo, os quais em terra de Manicongo correm por moeda e cinquenta deles dão por uma galinha, e trezentos valem uma cabra, e assim as outras coisas segundo são e, quando Manicongo quer fazer mercê a alguns seus fidalgos ou pagar algum serviço que lhe fazem manda lhe dar certo número destes zimbo pelo modo que os nossos príncipes fazem mercê da moeda destes reinos a quem lha merece ou muitas vezes a quem não lha merece.¹²

“axiluanda” não aparece nos documentos setecentistas. E tampouco – podemos dizer – nos dos séculos XVI e XVII. Por essa razão, os autores preferem utilizar a forma muxiluanda, sem perder de vista, no entanto, que essa era uma designação de autoridades portuguesas. Cf. Roberto Guedes e Ariane Carvalho, *Muxiluandas: memória política, escravidão perpétua, liberdade e parentesco (Luanda, século XVIII)*, Rio de Janeiro: Mauad, 2021, p. 17ss.

- 11 Cadornega, *História geral das guerras angolanas*, t. 2, p. 269. E. Dartevelle propõe uma explicação para a grande quantidade de zimbo nas areias da Ilha de Luanda, veja Edmond Dartevelle e Pierre Charles, *Les N’Zimbu, monnaie du Royaume du Congo*, Bruxelles: Société Royale Belge d’Archéologie et Préhistoire, 1953, pp. 86-87. Na relação escrita em 1652 por um traficante de escravos francês, Barthélemy d’Espinhal de Massiac, que esteve oito anos em Angola, há uma explicação inusitada para o exclusivismo feminino na pesca do zimbo. Segundo M. de Massiac, “il n’y a que les femmes qui les pêchent et non les hommes, à cause que les Tubarones, qui sont en ce país des poissons dangereux, ne font point de mal aux femmes et mangent les hommes” [“Só as mulheres os pescam e não os homens, porque os tubarões, que são neste país peixes perigosos, não fazem mal às mulheres e comem os homens”]. Cf. “Section Française, Ms. 21.690: Relação de uma viagem à Angola (1652)” in António Brásio (org.), *Monumenta Missionária Africana: África Ocidental (1651-1655)*, Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1971, v. 11, pp. 249-263; doravante citado como MMA.
- 12 Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis* [1506], Lisboa: Imprensa Nacional, 1892, v. 3, cap. 2, p. 84.

Segundo Duarte Pacheco Pereira, as conchas também eram utilizadas no Benin, onde circulavam os *iguou*, que são “uns búzios por moeda um pouco maiores do que estes zimbos do Manicongo”.¹³ John Leo Africanus, o viajante mouro – cujo nome árabe era al-Ḥasan ibn Muḥammad al-Wazzān al-Zayyātī – descreve a Ilha de Luanda por volta de 1550 como o lugar de onde se retirava essas conchas que serviam de dinheiro no Congo. O interesse dos portugueses estava, sobretudo, nos cerca de 500 escravos que exportavam a cada ano pelo porto que ali tinham estabelecido.¹⁴ Filippo Pigafetta, em sua *Relatione del Reame di Congo e delle circonvicine contrade*, publicada em 1591, traz informações do Congo a partir do testemunho de um comerciante português, Duarte Lopes, que foi para a África em 1578. Segundo a relação, essas conchas – que ele chama de *lumaches* – eram “mineradas” na Ilha de Luanda e serviam de dinheiro, já que naqueles países não se valorizava nem a prata e tampouco o ouro.¹⁵ Um arbítrio datado de 1611, escrito por Pedro Sardinha, afirma que o *zimbo* “é a moeda de maior valia que corre no reino do Congo”. Tal a importância da Ilha, quer ela seria estimada pelo “rei de Congo tanto como Sua Majestade [estima] as minas do Serro de Potosi, no Peru, porque dela lhe vai este zimbo que é o seu ouro”.¹⁶

Quando faleceu o capitão donatário de Angola, Paulo Dias de Novais, em 1589, a coroa resolveu enviar o licenciado Domingos

13 Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 84. Para a circulação dessa espécie monetária na Costa do Benin, veja-se a tese de Maxime Bertin Akpaca, “Banques, commerce extérieur et monnaie, supports d’indépendance économique: l’exemple beninois”, Thèse (Doctorat en Sciences économiques), Université Lumière Lyon 2, Lyon, 1991, pp. 45ss, ☑. Para um olhar mais atento à cultura material e a valorização religiosa e cultural dos cauris no Benin, veja Akinwumi Ogundiran, “Of small things remembered: beads, cowries, and cultural translations of the Atlantic Experience in Yorubaland”, *The International Journal of African Historical Studies*, v. 35, n. 2-3 (2002), pp. 427-457.

14 John Leo Africanus, [al-Ḥasan ibn Muḥammad al-Wazzān al-Zayyātī], *A geographical historie of Africa, written in Arabicke and Italian by Iohn Leo a More, borne in Granada, and brought vp in Barbarie[...]*, Londini: Impensis Georg. Bishop, 1600, p. 40.

15 Filippo Pigafetta, *Relatione del reame di Congo et delle circonvicine contrade, tratta dalli scritti e ragionamenti di Odoardo Lopez portoghese*, Roma: Apresso Bartolomeu Grassi, 1591, p. 30.

16 “Alvitre de Pedro Sardinha (1611)” in António Brásio (org.), *Monumenta Missionária Africana: África Ocidental (1611-1621)*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955, v. 6, pp. 52-56.

de Abreu e Brito – que entretanto estava no Brasil – para fazer uma inspeção naquela conquista na África. Em seu *Sumário e Descrição do Reino de Angola e do descobrimento da Ilha de Loanda, e da Grandeza das Capitanias do Estado do Brasil*, escrita em 1592, Brito nota que, tendo estabelecido a povoação de São Paulo de Luanda, os portugueses haviam abdicado da Ilha em frente que seguia controlada pelo rei do Congo. A importância da Ilha era clara e ele não se furta à hipérbole: “a qual Ilha é o maior tesouro da Etiópia, por se pescar nela o zimbo que é a riqueza deste rei da Etiópia da qual se fez senhor só por indústria por quanto a Ilha e Vila de Luanda é toda uma coisa”. Ele relata que, estando em Luanda, presenciou que quando se mandaram para o Congo “muita cópia de moedas de ouro” para o resgate de escravos, os comerciantes as rejeitaram, dizendo que o seu “verdadeiro dinheiro e ouro era o zimbo de Luanda”. Segundo Brito, o governo da Ilha estava nas mãos de um conselho formado por três “fidalgos negros” nomeados pelo rei do Congo: d. Pedro Maniloanda, d. Antonio Maribunda e d. João Maniposo. Esses governadores eram auxiliados por um escrivão negro, Fernão Duarte, “que fugiu da cidade do Porto [e] dizem que é homem de entendimento”. O licenciado, compreendendo as oportunidades do controle da extração do zimbo, falou com o governador, Luís Soares, para que pedisse ao rei que ele mesmo fosse indicado como “almotacé do Reino e aposentador mor” e a Ilha ficasse sob o controle português, criando-se um estanco para a extração do zimbo (“como as drogas das Índias”). Isso poderia representar, na exagerada opinião de Brito, um rendimento de mais de 400 mil cruzados.¹⁷ Passados uns 20 anos, Pedro Sardinha, em um memorial de 1612, sugeria que não se permitisse mais a atuação desse conselho do rei do Congo, porque o pagamento desse direito sobre a extração do zimbo seria “injustamente, porque Vossa Majestade é Senhor do mar e costa em que se faz a tal pescaria e a defende dos inimigos holandeses e outros que

17 Domingos de Abreu e Brito, *Um Inquérito à vida administrativa e econômica de Angola e do Brasil em fins do século XVI, segundo o manuscrito inédito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, pp. 44-55.

a ela vem, com muita custa de sua real Fazenda”.¹⁸ Alguns anos passados, houve uma negociação com o rei d. Alvaro II (Mpangu-a-Nimi Lukeni lua Mvemba), e o monopólio passou para o rei católico.¹⁹

Para Carlos Couto, a renovação da vassalagem devida a d. Sebastião, por d. Álvaro I, foi um sinal do reconhecimento do apoio prestado pelo capitão Francisco Gouveia, que lutou com 600 homens contra os jagas que chegaram a capturar a capital, Mbanza Kongo. Mas, nesse momento, o rei do Congo cedeu à Portugal a faixa marítima que ia do Zaire até a Ilha de Luanda, mas com exceção da própria Ilha, em função da pesca do zimbo.²⁰ Birmingham situa a entrega do controle de Ilha de Luanda no momento da reconquista de Luanda, em 1648, por Salvador Correa de Sá. Para o historiador, os termos de paz oferecidos ao rei d. Garcia II, em 1649, incluíam uma contribuição de 900 cestas de panos de rafia valendo cerca de mil escravos; acordos com senhores locais; a entrega de possíveis

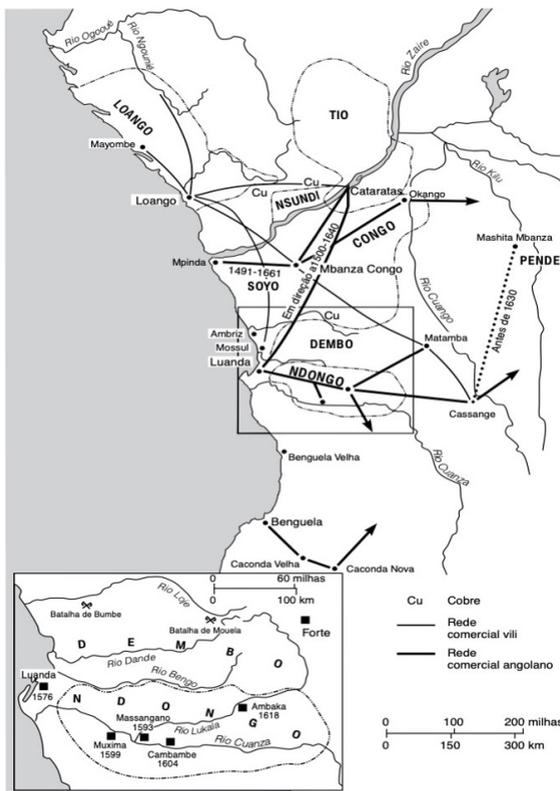
18 “Memoriais de Pedro Sardinha ao Conselho de Estado (1612?)” in António Brásio (org.), *Monumenta Missionária Africana: África Ocidental (1611-1621)*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1956, v. 6, pp. 103-115.

19 Provavelmente teve importante papel o padre Diogo Roiz Pestana, deão da Sé do Congo e confessor do rei, que fora preso e se encontrava no Limoeiro, em 1615, por ordem do Bispo do Congo, d. Frei Manuel Baptista. Pesava sobre ele a acusação de agir contra a monarquia, mas sobretudo de ser tolerante com a gente da nação e judaizantes. Sardinha sugeria que sua prisão fosse relaxada em troca de um pedido ao rei do Congo para que abrisse mão da influência dos senhores locais – por sua delegação – na extração do zimbo. Apesar de Pestana ter falecido na prisão, é provável que esse negócio (“negosseo”) tenha prosperado. Com efeito, em um papel posterior, sem data clara, Pedro Sardinha já sugere que houve a entrega desse monopólio para os portugueses. Em uma das suas sugestões ao Conselho de Estado, esclarecia que o zimbo era moeda com valor apenas local, de forma que o que recebia o rei em rendimento nessa moeda deveria ser logo convertido em marfim. Cf. “Memoriais de Pedro Sardinha ao Conselho de Estado (1612?)”, MMA, v. 6, pp. 103-115. Antonio Diniz fala de uma provisão de d. Alvaro, cedendo a d. Sebastião “de pensão e tributo em sua vida e na de seus herdeiros que reis fossem daquele Reino, os quintos do zinbo que na sua ilha de Loanda se pescasse em cada ano”. Essa provisão estaria registrada no Livro grande da feitoria real em Angola. Cf. “Relação de António Diniz (1622)” in António Brásio (org.), *Monumenta Missionária Africana: África Ocidental (1622-1630)*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1956, v. 7, pp. 67-74.

20 Carlos Couto, *O zimbo na historiografia angolana*, Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1973, p. 33.

minas de ouro para Portugal; e a transferência da Ilha de Luanda e de suas pescarias de zimbo como garantia dessas supostas minas.²¹

Figura 1
Os reinos e o comércio na região do Congo no século XVII, com o mapa do Ndongo [Angola] ampliado no quadro abaixo



Fonte: J. Vansina, “O Reino do Congo e seus vizinhos” in Bethwell Allan Ogot (ed.), *História geral da África*, V: África do século XVI ao XVIII. (Brasília: UNESCO, 2010), v. 5, p. 661.

21 David Birmingham, *Trade and Conflict in Angola: The Mbundu and Their Neighbours under the Influence of the Portuguese, 1483-1790*, Oxford: Clarendon Press, 1966, p. 112. Essa é a posição de Carlos Couto, para quem devemos considerar que “a apropriação da Ilha de Luanda por Salvador Correia e a batalha de Ambuíla, travada entre portugueses e D. Antonio I, em 29 de outubro de 1665, como os dois acontecimentos que mais de perto contribuíram para a decadência do reino do Congo”, Couto, *O zimbo na historiografia angolana*, p. 31.

Como notaria Cadornega, em sua *História* de 1681, aquelas conchas continuavam como a moeda corrente na região, servindo para todo o tipo de troca e pagamento. Nos termos de Olfert Dapper, que publicou em 1668 sua descrição da África com base em relatos de jesuítas e outros exploradores, o *zimbo* era ainda dinheiro vivo (*argent comptant*) no reino do Congo.²² O interesse dos portugueses era resgatar o *zimbo* para, com ele, realizar trocas no Reino do Congo, sobretudo para comprar escravos. Quando o rei do Congo perdeu o monopólio da extração, os portugueses passaram a pagar as pescadoras do *zimbo* com todo o tipo de mantimento, “como farinha de guerra, milho miúdo e grosso, azeite de palma, e de todo o gênero de fazenda da Índia para seu vestir e gastos”, assim como o vinho e aguardente, “com que se armam para o rigor da frieza do mar e água salgada, que saem dela tiritando de frio”.²³ As conchas, recolhidas em *cofos* – uma espécie de cesto comprido e estreito –, tinham valor quando reunidas em grandes quantidades, de maneira que eram contadas pelo seu volume, e não individualmente. Segundo o relato de Cadornega, cerca de “dez mil corações” de *zimbo* formavam um *lifuco* – “o qual vale cinco e seis tostões de bom dinheiro entre a gente branca, de peça ou letra, e já chegou a valer a dois cruzados e a mais que lhe conforme a saca tem alta e baixa”. Levados para o reino do Congo, em custosos carretos – já que eram pesados e tinham de pagar “xicacos” (taxas) pelo caminho e passagens dos rios que são como aduanas –, o *zimbo* servia para comprar escravos e toda a sorte de panos de palha – “vrillas, Bumgos e Maxizes, Cundis e meio Cundis” –, que serviam para vestir os locais e eram também mercadoria importante para fechar os circuitos de compra de escravizados.²⁴ O controle da produção dessa moeda pelo principal comprador de escravizados, e a sua substituição por outras mercadorias de maior interesse,

22 Olfert Dapper, *Description de l’Afrique contenant les noms, la situation & les confins de toutes ses parties [...]*, Amsterdam: Chez Wolfgang, Waesberge, Boom e Van Someren, 1686, p. 367.

23 Cadornega, *História geral das guerras angolanas*, t. 2, p. 269.

24 Cadornega, *História geral das guerras angolanas*, t. 2, pp. 269-271. Sobre tipos de panos, veja Adriano Parreira, *Economia e sociedade em Angola na época da rainha Jinga, século XVII*, Lisboa: Editorial Estampa, 1989, pp. 115-117.

acabariam resultando em sua desvalorização. Ainda de acordo com Peres, um cofo de zimbo no tempo de Mbemba a Zinga (Afonso I, 1509-1543) valia cerca de 13.200 réis. Em 1615, já valia 10 mil réis e, no ano seguinte, 3 mil réis. Em 1622, um cofo valia apenas 2 mil réis.²⁵

Outras conchas acabaram por invadir o espaço de circulação do zimbo, notadamente os *cauris*. Provenientes de outras regiões, os *cauris* eram conchas brancas, derivadas de uma outra espécie de molusco gastrópode (*Cypraea moneta*), que podiam ser encontrados na Costa Oriental da África, entre Zanzibar e Moçambique, ou mesmo na Ásia e Oceania. Os mais estimados eram extraídos nas ilhas Maldivas, onde eram chamados de “bolys”. François Pyrad de Laval, que esteve nessas ilhas no começo do século XVII, descreve-as como “petites coquilles”, que eram também recolhidas apenas pelas mulheres das areias e baixios do mar, apenas nos três dias anteriores e posteriores à lua cheia. As conchas eram utilizadas como moeda comum e exportadas para Bengala e outros lugares. Eram tantas que ele viu serem carregados “trinta ou quarenta navios inteiros sem outra carga”.²⁶ Na Índia, os *cauris*, em combinação com as moedas de ouro ou de prata, eram já usados desde os tempos do Império Máuria (séculos IV-II a.c.), servindo para as pequenas transações. Entre o início do século XIII e o final do XVI, o Sultanato de Bengala (Shahi Bangalah), operou um sistema monetário baseado em moedas de prata e em *cauris*.²⁷ Como bem observou Bin Yang, “os *cauris* foram provavelmente a primeira moeda universal e uma das que mais duraram em

25 Perez, *A moeda em Angola*, p. 25.

26 François Pyrad de Laval, *Voyage de François Pyrad de Laval, contenant sa navigation aux Index Orientales, Maldives, Moluques, & au Bresil[...]*, Paris: Chez Louis Billaine, 1679, p. 165.

27 John S. Deyell, “Cowries and coins: The dual monetary system of the Bengal Sultanate”, *Indian Economic Social History Review*, v. 47, n. 1 (2010), pp. 63-106, ; veja também, do mesmo autor, John S. Deyell, “Debasements and Cowrie Shells in the Medieval Indian Monetary Systems, c. 1200-1575” in John H. Munro (ed.), *Money in the Pre-Industrial World: Bullion, Debasements and Coin Substitutes*, (London: Routledge, 2012), pp. 163-216.

toda história da humanidade”.²⁸ Jan Hogendorn e Marion Johnson, que estudaram esse que foi o “shell money” do tráfico de escravos, consideram que, entre as assim chamadas “moedas primitivas”, essa foi sem dúvida “a mais importante, a mais interessante e a mais moderna”:

O *cauri-dinheiro* não era realmente nada primitivo. Ele assim parece apenas para olhos tão familiarizados com datas, rostos e nacionalidades estampados em moedas que não podem conceber nenhuma alternativa. Era um ‘dinheiro de uso geral’ que servia como meio de troca, unidade de conta, reserva de valor e padrão para pagamento diferido. Por um longo período, as conchas eram realmente mais adequadas para transações de valores muito baixos do que moedas metálicas, porque era quase impossível cunhar uma moeda com valor tão pequeno quanto um único *cauri*.²⁹

Abiola Felix Iroko, ao investigar a presença dos *cauris* no comércio colonial francês, mostrou como era ampla a presença dessas conchas em muitas das praças da economia-mundo em expansão, inclusive na Europa. Quando os mercadores franceses, em meados do século XVII, começam a utilizar dessas moedas no seu comércio com África, os portugueses já não mais controlavam os principais mercados fornecedores no Pacífico. Eram, sobretudo, os holandeses e, em alguma medida, os ingleses e alemães, que conseguiam comprar as conchas de *Cypraea moneta*. Sendo assim, os franceses tinham de adquirir *cauris* – para fechar negócios na África – nas praças de Amsterdam, Liverpool, Londres e Hamburgo, que permaneceram como os principais mercados dessas conchas na Europa até o século XIX. Uma das facilidades com que as moedas chegavam a todos os cantos do mundo era derivada do fato de que os navios – que sempre

28 Bin Yang, “The rise and fall of cowrie shells: the Asian history”, *Journal of World History*, v. 22, n. 1 (2011), p. 18, tradução nossa. Sobre a grande área de circulação dos *cauris* no Oriente, veja Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa: Presença, 1981, v. 2, pp. 25-27.

29 Jan Hogendorn e Marion Johnson, *The Shell Money of the Slave Trade*, Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 1, tradução nossa. Veja também Alberto Costa e Silva, *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 199.

precisavam encher tonéis de areia para o lastro – passavam a substituí-los com *cauris* quando estes estavam disponíveis para a compra.³⁰

A presença dos *cauris* (*Cypraea moneta*) em Angola é resultado da intensificação das trocas mercantis, a partir do século XVI, com a presença dos comerciantes portugueses. O primeiro carregamento de *cauris* das Ilhas Maldivas foi contratado pelo comerciante Fernão Jorge, em 1515. Segundo o contrato entre ele e o rei d. Manuel, estaria autorizado a importar 500 quintais de conchas, que viajariam como lastro dos navios de retorno da Índia –livres, portanto, do pagamento de frete. A carga seria destinada à Ilha de São Tomé.³¹ Ao longo do século XVI, houve grande investimento para controlar as Maldivas e o fornecimento das conchas e também o *cairo*.³² Entretanto, depois do fim da guerra em 1567, quando os portugueses foram expulsos do arquipélago, um acordo permitiu a continuidade do comércio dessas importantes mercadorias.³³

30 Abiola Félix Iroko, “Les hommes d’affaires français et le commerce des cauris du XVIIe au XIXe siècle”, *Revue Française de Histoire d’Outre-Mer*, n. 292 (1991), pp. 359-374. O principal trabalho de Iroko sobre o assunto é sua tese de doutorado, infelizmente não pude ainda ter acesso: Abiola Félix Iroko, “Les cauris en Afrique Occidentale (Du Xe au XXe siècle)”, Thèse (Doctorat en Histoire), Université de Paris 1 Panthéon Sorbonne, Paris, 1987.

31 Hogendorn e Johnson, *The Shell Money of the Slave Trade*, p. 30.

32 O cânhamo da Índia, uma fibra vegetal retirada de um coco – *indiaensche noten* ou *nozes da Índia* – utilizada na construção naval. Cf. John Huyghen van Linschoten, *Itinerário, viagem ou navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, p. 102.

33 João Teles e Cunha, “Economia de um império. Economia política do Estado da Índia em torno do mar Arábico e do golfo Pérsico. Elementos conjunturais: 1595-1635”, *Dissertação (Mestrado em História)*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996, pp. 397-405.

Figura 2
Cauris (*Cypraea moneta*)



Fonte: 

Figura 3
Zimbos (*Olivancillaria nana*)



Fonte: 

Colleen Kriger afirma que não é possível determinar precisamente quando os *cauris* começaram a circular ao sul do Saara como moeda. Muito provavelmente, essa moeda foi introduzida pelos comerciantes muçulmanos ainda no século XI, trazidas do “Oriente Próximo ou da bacia do Oceano Índico para as redes da África Ocidental através de rotas comerciais transsaarianas”. Essas moedas-concha eram “especialmente úteis para fazer pequenas transações”. De forma que, com as taxas de câmbio fixadas entre estes espaços monetários, o *cauri* permitia que o sistema muçulmano baseado no ouro “operasse em contato regular e confiável com sistemas de contagem de conchas de povos politeístas e rurais”.³⁴ Segundo Bin Yang, o transporte marítimo de *cauris* das Maldivas pelos portugueses marcou um ponto de virada para o dinheiro-concha na África Ocidental: “não apenas mudou o principal canal de fornecimento, mas também reestruturou a zona monetária dos *cauris*”³⁵, superando as remessas que poderiam vir pelas caravanas no deserto.

No intenso comércio de conchas-moeda, os *cauris* não eram exclusivos. Havia também conchas de Cabo Verde e da Guiné, entre as mais importantes a *Conus papileonaceus* – denominada pelos povos do interior como *mandé* –, que eram também trazidas pelos portugueses para fazer a função de moeda.³⁶ Como mostrou Quiggin, em seu *Survey of Primitive Money*, essas conchas tinham ampla circulação em outras partes no mundo. Se os objetos utilizados como dinheiro tiveram sempre uma circulação restrita, esse não foi o caso dos *cauris*. Possuindo as propriedades ideais para a expressão do dinheiro, como a portabilidade, durabilidade e dificuldade de serem falsificados, os *cauris* teriam antecedido – em muito – o uso dos metais preciosos (ouro e prata), “espalhando-se da China e Índia oriental para as ilhas do Pacífico; viajando através e contornando a África até a costa ocidental; para penetrar no Novo Mundo”. Atrativas

34 Kriger, *Making money*, pp. 18-19.

35 Bin Yang, *Cowrie Shells and Cowrie Money: a Global History*, London: Routledge, 2019. p. 172, tradução nossa.

36 Perez, *A moeda em Angola*, pp. 37-39. Veja também Parreira, *Economia e sociedade em Angola na época da rainha Jinga*, p. 82ss.

e decorativas, as conchas poderiam facilmente ser transportadas para regiões interiores, onde eram valorizadas como produtos exóticos.³⁷

Desde os tempos do primeiro governador português de Angola (1575-1589), a cidade de Luanda, situada em frente à Ilha de onde se pescava o zimbo, iria se desenvolver como “base administrativa e militar da penetração para o interior e, sobretudo, como plataforma comercial no negócio de mercadoria humana”. Segundo Arlindo Caldeira, pelos próximos dois séculos, São Paulo de Luanda seria “um dos mais movimentados centros de exportação de escravizados, com destino ao Brasil e à América Espanhola”.³⁸ Diferentemente de Goa, como mostrou Catarina Madeira Santos, Luanda “não era produto de uma conquista ou a apropriação de uma cidade existente”; era, antes, uma espécie de *feitoria-colônia*, “um novo assentamento, estabelecido de acordo com uma política deliberada de ocupação colonial concebida no momento da ruptura das relações entre os reis de Portugal e os do Congo”.³⁹ Dessa forma, no entendimento da autora – que podemos acompanhar – Luanda era o resultado de um processo particular de colonização, interessado sobretudo na consolidação e intensificação do comércio de escravizados. Não obstante, como mostrou Mariana Candido, a expropriação de terras tenha sido “central no processo de incorporação de território, implementação do estado colonial e subjugação da população local como parte do império português”.⁴⁰

A intensificação do tráfico de escravizados com o Brasil foi ocasião para a introdução na região de Angola e Congo – e mesmo na costa oriental

37 Alison Hingston Quiggin, *A Survey of Primitive Money*, p. 25.

38 Arlindo Manuel Caldeira, “Formação de uma cidade afro-atlântica: Luanda no século XVII”, *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*, Lisboa, v. 5, n. 14 (2014), pp. 12-19, [E](#). p. 14.

39 Catarina Madeira Santos, “Luanda, a colonial city between Africa and the Atlantic (XVIIth-XVIIIth centuries)” in Liam Matthew Brockey (ed.), *Portuguese Colonial Cities in the Early Modern World* (Farnham: Ashgate Publishing, 2008), pp. 249-250.

40 Mariana Pinho Candido, “Conquest, occupation, colonialism and exclusion: land disputes in Angola” in José Vicente Serrão et al. (eds.), *Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires* (Lisboa: CEHC-IUL, 2014) pp. 223-234. p. 224, tradução nossa.

da África – de conchas encontradas no litoral americano, principalmente ao sul da Bahia.⁴¹ Desde o começo do século XVII, temos notícia de que os *búzios* do Brasil circulavam não apenas na Costa Ocidental da África, mas também em Pinda (Moçambique). Segundo a informação de Baltazar Rebelo de Aragão, que escreve de Angola em 1618, fácil seria erguer uma fortaleza em Pinda, já que “o dinheiro naquele reino são uns *búzios* de que Sua Majestade tem grandes minas nas praias do Brasil e vale lá mais barato, porque os do Brasil tem muita quantidade que vendem para o reino do Congo e Pinda”.⁴² Com efeito, frei Vicente do Salvador, franciscano que escreveu uma *História do Brasil* em 1627, explica que “no rio Caravelas colhia-se muito zimbo, dinheiro de angola, que são uns *buziozinhos* mui miúdos de que levam pipas cheias e trazem por elas navios de negros”.⁴³ Já Dapper nos fala que as conchas eram pescadas também das areias do Rio de Janeiro.⁴⁴ Boipeba, contudo, parece ter sido o lugar de maior extração. Esse é um capítulo a ser escrito da história dessa região ao sul da Bahia. Como anotou o acadêmico Balthasar da Silva Lisboa, em sua *Memoria topografica e economica da commarca dos Ilheos*, ainda no começo do século XIX, permanecia a lembrança dos tempos quando “as praias foram então cobertas de imensos exploradores de zimbo”. Mas, como “aquele gênero barateou, pela abundância encontrada no mar grande”, sua pesca foi abandonada.⁴⁵

41 Para Edmond Dartevelle, os *zimpos* do Brasil, chamados de *búzios*, eram da espécie *Olivella mutica*, uma espécie diferente das *Olivellas Nanas* de Angola. Cf. *Les N’Zimbu : monnaie du royaume du Congo*, Bruxelles: Société royale belge d’anthropologie et de préhistoire, 1953. v. 64, p. 115.

42 Baltazar Rebelo de Aragão, *Terras e minas africanas (1593-1631)*, Viagens explorações e conquistas dos portugueses, Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, (Coleção Viagens, Explorações E Conquistas Dos Portuguezes). p. 17.

43 Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil* [1627]. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1918. p. 99, grifo nosso.

44 Olfert Dapper, *Description de l’Afrique contenant les noms*, p. 367. É Dapper a referência para Bluteau, que fala dos *zimpos* como conchinhas pardas que são pescadas em Luanda ou no Rio de Janeiro. cf. Raphael Bluteau, *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, p. 640.

45 Balthasar da Silva Lisboa, *Memoria topografica e economica da commarca dos Ilheos*, Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1825, p. 205. (Histórias

De toda forma, essa entrada causava embaraços nos mecanismos locais de gestão da moeda e incomodava os interesses dos fornecedores de escravizados. Afinal, a ampliada oferta de moeda poderia estar na razão do rebaixamento dos preços locais. Essa é a posição de Alencastro, para quem a crescente exportação dos *zimbo*s baianos acabaria produzindo um efeito inflacionário na África, com a sua desvalorização como moeda local: “calculado em mil-réis, o *kofo* – o cesto de medida padrão de *zimbo* luandense –, registrou uma desvalorização de 4/5 durante a segunda década do Seiscentos”. Sendo assim, os *zimbo*s da Bahia acabariam facilitando “a penetração negra e quebram o monopólio da monarquia congolosa sobre a moeda-caurim”.⁴⁶ Mas os monopólios reais eram para ser respeitados. A reclamação era também dos missionários cristãos, que viviam em Mbanza Kongo, como o franciscano d. frei Manuel Baptista. Bispo do Congo e Angola, frei Baptista escreve ao rei no ano de 1619, revelando grandes inquietações vividas em razão do desrespeito às proibições do rei do Congo para a entrada do *zimbo* do Brasil. Tal era a quantidade que esse dinheiro estava “tão abatido” no Congo, “que se perde nele as duas partes de suas rendas”. O problema é que a depreciação da moeda afetava também aos eclesiásticos, que recebiam os dízimos com valores menores. Assim, o bispo – em consideração à proibição do rei – havia também interditado, “por excomunhão”, a introdução das conchas do Brasil.⁴⁷ A reação na África, em um primeiro momento, conseguiu surtir efeito.

e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa). As memórias também foram publicadas nos *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 37 (1915), pp. 1-22. Sobre o *zimbo* na comarca de Ilhéus, veja Ronaldo Lima da Cruz, “Conchas valem dinheiro, escravos são como zimbo: a efemeridade da extração do zimbo no sul da Bahia”, *Revista Pindorama*, Eunapólis, v. 1, n. 1 (2010), pp. 1-13, .

46 Luiz Felipe de Alencastro, *O Trato dos Viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVIII*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 258; veja também em Toby Green, *A Fistful of Shells: West Africa from the Rise of the Slave Trade to the Age of Revolution*, London: Penguin Books, 2020. p. 3, tradução nossa.

47 Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Conselho Ultramarino (CU), Angola, cx. 1, D. 112, *Carta do Bispo do Congo e [Angola, D. Frei Manuel Baptista], ao rei [D. Filipe II] sobre diversos assuntos: os usos e costumes dos Moxicongos, a fortaleza que se pretendia construir no padrão de Pinda, os holandeses que ali residiam e as minas de cobre de Pemba e Benguela*, Lisboa, 7 set. 1619.

Fernão de Sousa, quando governador de Angola (entre 1624 e 1630), propôs aos moradores que aceitassem o pedido do rei do Congo para que fosse proibida a entrada em Angola de *zimbo*s do Brasil.⁴⁸ John Thornton defende uma posição diversa, creditando a queda do valor dos *zimbo*s não ao aumento da oferta com a entrada das conchas do Brasil, mas à queda dos valores das exportações do Congo. Isso pode ter afetado a importação de produtos mais luxuosos, que interessavam às classes altas, mas não alterou o funcionamento da economia interna nos povoados do reino. Em suas palavras, “o sistema monetário do Congo era muito bem estabelecido para ser tão facilmente desestabilizado”.⁴⁹

O economista-antropólogo Christopher A. Gregory, com base do estudo clássico de Jan Hogendorn e Marion Johnson, procurou entender a relação entre a importação massiva de conchas para a África como resultado do processo de colonização, e da ampliação do tráfico de escravizados, com a consequente hiperinflação e desmonetização dos *cauris/zimbo*s. Para ele, é importante ir além da aplicação direta da teoria quantitativa da moeda (Irving Fischer) e da lei de Gresham, o que implicaria ver

48 Fernão de Sousa, “Extenso relatório do governador aos seus filhos, 1625-1630” in Beatrix Heitze, *Fontes para a História de Angola no século XVII*, Stuttgart: Franz Steiner Verlag Wiesbaden, 1985. p. 261. O original está em um dos dois códices que compõem a Coletânea Documental de Fernão de Sousa na Biblioteca da Ajuda, que foram estudados e transcritos por Beatrix Heitze: Biblioteca da Ajuda, códice 51-IX-20, fl. 220-274v. Sobre a sua atuação, veja o trabalho de Alec Ichiro Ito, “Uma ‘tão pesada cruz’: o governo da Angola portuguesa nos séculos XVI e XVII na perspectiva de Fernão de Sousa (1624-1630)”, Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

49 John Kelly Thornton, *The Kingdom of Kongo: Civil War and Transition., 1641-1718*, Madison: University of Wisconsin Press, 1983. p. 33, tradução nossa. Seu argumento se apoia, sobretudo, na pesquisa de Anne Wilson (depois, Anne Hilton), que mostra como a presença portuguesa em Luanda, interferindo no comércio de tecidos e ampliando as trocas na rota Luanda-Mabanza Kongo, implicou, em um primeiro momento, no aumento das receitas fiscais para o Rei, pagas em *zimbo*s. Entretanto, o controle que os portugueses conseguem da extração do *zimbo* na Ilha, e mesmo a entrada das conchas estrangeiras, acabou enfraquecendo o sistema fiscal do Reino do Kongo. Daí as medidas contrárias à entrada dos búzios do Brasil. Cf. Anne Wilson, “The Kongo kingdom to the mid-seventeenth century”, Thesis (PhD in History), University of London, London, 1977, p. 129 ss. A edição da tese em livro foi apenas em 1985, de forma que o livro dialoga com o estudo de Thornton. Veja: Anne Hilton, *The Kingdom of Congo*, Oxford: Clarendon Press, 1985, p. 106 ss.

o caso como mais um exemplo de um “dinheiro primitivo” fortemente depreciado por excesso de oferta.⁵⁰ Partindo de uma leitura da lógica do poder, Gregory busca fundamentar seu argumento em uma noção política da moeda: o dinheiro-concha é, na verdade, uma criação dos reis; em outras palavras “não há uma moeda-mercadoria que exista independentemente do Estado”. A desmonetização dos *cauris* não aconteceu de rompante, é o resultado de um processo no qual o padrão monetário foi sendo alterado pela subordinação dos Estados no desenvolvimento do sistema colonial. Em suas palavras, “quando o imperialismo mercantil dos Estados europeus dá lugar ao imperialismo capitalista, o dinheiro conseqüentemente mudará”.⁵¹ Argumento próximo ao de Andre Gunder Frank, para quem a ampla difusão do *cauri* nas trocas africanas – sobretudo o produzido nas Maldivas – estaria ligada à ampliação do tráfico de escravizados, servindo para a expansão das atividades comerciais no interior, especialmente entre povos mais empobrecidos. Como, por outro lado, não eram aceitas pelos europeus como meio de pagamento, os *cauris* teriam servido de instrumento para a marginalização dos africanos do comércio mundial.⁵² Como temos procurando apontar neste estudo, na lógica do sistema colonial, o encapsulamento de sistemas monetários locais não só preserva as trocas nas camadas mais altas da economia-mundo, mas ajuda na exploração dos recursos e na subordinação dos sistemas econômicos periféricos.

Em estudo recente, Toby Green procura fazer uma leitura não eurocêntrica do fenômeno. Para o historiador, um dos mais importantes indicadores do declínio econômico da região foi a perda relativa de valor do *nzimbu* e a relação desse processo com padrões econômicos mundiais mais amplos. Se “a desigualdade caracterizou o intercâmbio

50 Jan Hogendorn e Marion Johnson, *The Shell Money of the Slave Trade*, p. 3-161 ss.

51 C. A. Gregory, “Cowries and Conquest: Towards a Subaltern Quality Theory of Money”, *Comparative Studies in Society and History*, v. 38, n. 2 (1996), pp. 195-217. O mesmo texto, com algumas alterações, é o capítulo VII do seu livro C. A. Gregory, *Savage Money: the Anthropology and Politics of Commodity Exchange*, Amsterdam: Harwood Academic Publishers, 1997, pp. 238-270.

52 Andre Gunder Frank, *ReORIENT: Global Economy in the Asian Age*, Berkeley: University of California Press, 1998, p. 73.

econômico entre o Congo e o mundo atlântico desde o início”, para um economista, isso estaria “relacionado a diferentes acessos à tecnologia (navios, materiais de mineração) e consequentes vantagens no comércio”. Contudo, como sugere Green, “na perspectiva do Kongo, essa divergência econômica também surgiu das duas culturas - Kongo e Portugêses - atribuindo diferentes significados simbólicos à troca”:

Enquanto no Congo os significados espirituais eram anexados a objetos de valor econômico, como o cobre, e nem todas as moedas eram usadas para a acumulação de capital, em Portugal as ideias econômicas se tornariam cada vez mais relacionadas à acumulação de valor de capital. Assim, para o Congo, *dar*, mais do que receber, era um símbolo de poder espiritual e político e privilégio; nas economias atlânticas, acumular mais capital deveria ser um meio de adquirir poder, algo que se tornaria cada vez mais potente para as formações ideológicas até o final do século XVII.⁵³

O acordo feito por Fernão de Sousa com os moradores portugueses para proibir a entrada das conchas do Brasil, contudo, duraria pouco. Com a conquista de Angola pela *West-Indische Compagnie* (Companhia das Índias Ocidentais), em 1641, já se colocava em questão o controle sobre os fundamentos materiais dessa moeda-mercadoria. Segundo Martin, os comerciantes holandeses já sabiam da necessidade de obter *libongos* (panos de ráfia) e *zimbo* para o tráfico angolano de escravos. Para tanto, solicitaram permissão para supervisionar a pesca do *zimbo* na Ilha de Luanda. Mais ainda, os diretores da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil preocupavam-se com o comércio dessas conchas vindas do Rio de Janeiro.⁵⁴ O *zimbo*, como mostrou Felner, acabaria caindo em descrédito e desuso, sobretudo por causa da “descoberta de outras minas além da existente na Ilha [de Luanda]”.⁵⁵ Já no ano de 1624, o capitão-general de

53 Green, *A Fistful of Shell*, p. 222.

54 Phyllis M. Martin, *O comércio externo da Costa do Loango, 1576-1870: o impacto das mudanças comerciais no Reino Vili do Loango*, Luanda: Arquivo Nacional de Angola, 2010, p. 87.

55 Alfredo de Albuquerque Felner, *Angola: apontamentos sôbre a ocupação e início do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola e Benguela: extraídos de*

Angola, Fernão de Sousa, relatava que o pano substituíra completamente o uso das conchas como moeda no comércio de escravizados, tendo sido estabelecido dois valores em relação à moeda de conta portuguesa (o real): uma corrente e outro o do “bom dinheiro” ou das “peças da Índia”. Um *pano* valia dois tostões (200 réis) em moeda corrente, servindo para pagar serviços ou mercadorias locais, enquanto para a compra de escravos o seu valor era depreciado para apenas um tostão. Assim, para um escravo que valia 12\$000 réis, era preciso entregar 120 *panos*, enquanto se podia contratar um serviço do mesmo valor por apenas 60 *panos*. Segundo Felner, essa mesma relação se colocava nas trocas que usassem a moeda de prata espanhola. Uma pataca (*real de a ocho*) que valia 320 réis no espaço monetário reinol, ali em Angola era cotada “em mil e quatrocentos réis, ou sete *panos* em moeda corrente, ou três *panos* e meio, ou sete tostões, em *bom dinheiro* ou *peças da Índia*”.⁵⁶ O fato é que os *panos* locais, feitos de rafia, tinham maior penetração que o *zimbo*, que ficara restrito ao espaço do reino do Congo. A erosão da monarquia congoleza, devemos reconhecer, acabou esvaziando a eficiência desse meio de troca. Como sugeria o autor do manuscrito da *História do Reino do Congo*, datado de cerca de 1655, nas províncias mais distantes – Bata, Pango, Sundi Banza, reinos de Ocanga, Songa, Massinga – já corriam por moeda “uns *panos* chamados *Sangos*, que se fazem de fios de folha de palmeira, são do formato de um guardanapo, mas dobrados, e nestes pagam os moradores seus tributos”.⁵⁷

Os *zimbos* ainda vão circular, mas localmente, em circuitos mais isolados e com baixa conexão com as trocas mais amplas da economia-mundo. Para o uso como enfeite ou em práticas rituais, as contas e missangas, feitas de vidro, iriam em parte substituir o interesse pelos

documentos históricos, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933. p. 306.

56 Biblioteca da Ajuda, cod. 51-VIII-30/31, fls. 300, *Carta de Fernão de Sousa para a Mesa do Desembargo do Paço*, Luanda, 15 ago. 1624, citado por Felner, *Angola*, p. 306.

57 Cf. António Brásio, *História do Reino do Congo*: (Ms. 8080 da Biblioteca Nacional de Lisboa), Lisboa: Centro de estudos Históricos Ultramarinos, 1969, citado por Felner, *Angola*, pp. 375-378.

zimbo e *cauris*, mas tinham uma aceitação mais regional.⁵⁸ No final do século XVIII, Elias Correa da Silva descreveu os *zimbo* como um “dinheiro do sertão”, assim chamado porque no tempo em que escrevia, era apenas aceito pelos “negros do sertão, principalmente dos do Congo”. Segundo seu testemunho, as pessoas que viviam nessas regiões mais empobrecidas

amam estes marisquinhos, que recebem bem contado com incrível paciência; dividindo cada funda em quantidades miúdas, que equivaliam às moedas de vintém, cinte e cinco réis, dez, doze réis e meio e cinco réis; dinheiro provincial do país, que somente gira em Angola e Benguela. Sem moeda do Zimbo não se faz negócio com os negros.⁵⁹

Segundo Elias Alexandre da Silva Corrêa, além do *zimbo* pescado na Ilha de Luanda, havia outras qualidades que circulavam como moeda: o *zimbo cascalho*, o *cascalho escolhido* e os *búzios* – “dinheiro de menor valor pescado na Bahia de Todos os Santos”.⁶⁰ O *cazonguel*⁶¹ do “puro zimbo”, que corria pelo valor de 1\$800 réis na costa, podia ser levado para o Sertão e fechar negócios no valor de 5\$000 réis. O *zimbo cascalho* custava na Bahia 1\$100 réis o *cazonguel*, sendo vendido entre os negociantes angolezes a 2\$000 réis. Já o escolhido poderia valer mais, 3\$000 réis ou mesmo 4\$500, a depender do mercado. Mais valioso eram os *búzios*, que na Bahia valiam 4\$000 réis, com o *cazonguel* chegando a

58 Segundo Perez, “as mais divulgadas foram a *missanga grossa*, a *miúda* - também chamada *olho de rola* -, a *Maria II* - pequena conta, encarnada na face exterior e branca no interior, com cerca de três milímetros de comprimento -, a *Cassungo* - conta de bordado -, a *almandrilha* - apipada ou riscada, de forma alongada e um centímetro de comprimento -, e outras de menor importância, como a *missanga leite* e *missanga azul celeste*”. Perez, *A moeda em Angola*, pp. 37-39.

59 Elias Alexandre da Silva Corrêa, *História de Angola*, Lisboa: Ática, 1937, v. 1, p. 136.

60 Corrêa, *História de Angola*, p. 136.

61 Cazonguel (Quizongelo, Quizonguelo, Kizongelu) é uma medida para secos usada em Angola. Segundo Luis Lisanti, seria correspondente a meio alqueire, ou seja, cerca de 6,9 litros. O que se confirma em Elias Alexandre, para quem dois e meio cazonguéis equivaleriam a um alqueire e um quarto, ou seja, o cazonguel deveria contar como meio alqueire. Cf. Luis Lisanti, *Negócios coloniais: uma correspondência comercial do Século XVIII*, Rio de Janeiro: Visão Editorial, 1973, v. 1, p. LVII; Corrêa, *História de Angola*, p. 136.

ser negociado em Angola por 12\$000 réis. Uma década depois, o autor anônimo do *Diccionario universal das moedas assim metallicas, como ficticias, imaginarias, ou de conta, e das de fructos, conchas, &c que se conhecem na Europa, Asia, Africa, e America*, publicado em 1793, nos dá um quadro dos valores comparados dessa unidade monetária. Dez *cauris* valiam um *pao* (unidade de conta), ou cerca de 5 réis na moeda nacional portuguesa. Segundo ele, com 80 a 150 arráteis de *cauris*, podia-se comprar um escravo. Ele também nos informa sobre a circulação dessas moedas-concha: “a maior distância da costa marítima aumenta, ou diminui, o valor destas conchas; pois nas partes do interior, nas permutações que fazem, dão menos conchas em pagamento do que na beira-mar”.⁶²

A restauração em Angola

Durante o período da União Ibérica, o tráfico de escravizados havia se consolidado. O controle dos portugueses da demanda da América espanhola, por meio dos *asientos*, ajudara o processo de concentração do comércio nas mãos de algumas poucas casas que tinham capital para financiar a venda dos escravizados. Segundo Enriqueta Vila Vilar, “a regularidade do tráfico conseguida nestes quarenta e cinco anos conseguiu criar na América uma vasta rede comercial”;⁶³ o que resultou em uma demanda ampliada que fortaleceu a presença portuguesa na África ocidental. Para António Mendes, duas transformações econômicas teriam contribuído para

62 Simão Thaddeo Ferreira, *Diccionario universal das moedas assim metallicas, como ficticias, imaginarias, ou de conta, e das de fructos, conchas, &c que se conhecem na Europa, Asia, Africa, e America [...]*, Lisboa: na Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1793.

63 Enriqueta Vila Vilar, “La sublevacion de Portugal y la trata de negros”, *Ibero-Amerikanisches Archiv*, v. 2, n. 3 (1976), p.172, [↗](#). Sobre os *asientos*, veja a primeira parte do livro da mesma autora *Hispano-America y el Comercio de Esclavos*. Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-americanos de Sevilla, 1977, pp. 23-123. Sobre o assunto, veja o texto de Rafael Valladares, “El Brasil y las Indias españolas durante la sublevación de Portugal (1640-1668)” in Rafael Valladares, *Por toda la Tierra: España y Portugal: globalización y ruptura (1580-1700)*, Lisboa: CHAM, 2016, pp. 229-260.

a passagem do tráfico negreiro para uma nova fase (em escala “industrial”, nas suas palavras): a introdução do amálgama de mercúrio na produção da prata em Potosí e nas minas de Zacatecas; e a transferência da produção açucareira das ilhas do Atlântico para a América, em particular e inicialmente para os territórios que vinham sendo colonizados pelos portugueses.⁶⁴ Com efeito, o Brasil tornara-se, nesse período, um dos mercados mais importantes para o tráfico de escravizados africanos.⁶⁵

A Restauração em Portugal, contudo, encontraria as principais possessões portuguesas na África Ocidental perdidas para os holandeses. Pela pressão da demanda por escravos, a Companhia das Índias Ocidentais – que havia conquistado as capitanias do norte do Estado do Brasil, entre 1630 e 1637 – resolvera tomar São Jorge da Mina, um importante entreposto africano em agosto de 1637. Dom João IV, diante das dificuldades para conduzir a guerra contra Espanha, adotou uma política de alianças europeias. Dessa forma, o pacto com a Holanda para o combate ao “inimigo comum” resultou numa trégua que iria durar dez anos (1641-1651), e abarcaria as possessões além-mar. Portugal abdicava de seus antigos domínios, em favor de uma política para fortalecer sua posição da guerra da independência. No Atlântico Sul, as perdas se colocavam nas duas margens do oceano, uma vez que o controle da zona produtiva do açúcar no Brasil havia compelido a Companhia das Índias Ocidentais a conquistar entrepostos de comércio de escravizados na África. Era preciso garantir a oferta de força de trabalho para sustentar a recuperação da economia colonial que havia sofrido com a guerra de conquista.⁶⁶ Antes de o tratado entre Portugal e a

64 António de Almeida Mendes, “Les réseaux de la traite ibérique dans l’Atlantique nord (1440-1640)”, *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, v. 63 (2008), pp. 739-768.

65 A transição para a predominância da mão-de-obra africana, como nos mostra Stuart Schwartz, realizou-se nas primeiras duas décadas do século XVII, época de rápida expansão da indústria açucareira, em razão dos “altos preços internacionais do açúcar, do crescimento do mercado europeu e, talvez, da paz nos mares com a trégua dos doze anos entre Espanha e Holanda (1609-1621)”. Stuart Schwartz, *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 70.

66 Pedro Puntoni, *A mísera sorte: a escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*, São Paulo: Hucitec, 1999.

Holanda ser retificado pelo governador Maurício de Nassau, São Paulo de Luanda seria capturada pela armada sob o comando do almirante Jol, também conhecido como o “Houtbeen” [perna-de-pau]. A frota, que partiu do Brasil com 21 navios, transportava 3 mil homens, entre os quais 300 “índios de Pernambuco clavineiros e seus capitães holandeses”.⁶⁷ Quase sem nenhum confronto, os soldados da Companhia tornavam-se senhores de “uma grande e bonita cidade, contendo cerca de 500 casas construídas de alvenaria, e não menor que Olinda”.⁶⁸ O trato de escravizados seria em breve retomado, com a ajuda dos próprios portugueses, entre os quais o governador Pedro de Menezes, que havia recuado para o Sertão e, em 1643, acabou cedendo e aceitando um tratado de paz com o governador holandês Nieuland. Os conquistadores deram permissão para que os portugueses se instalassem em Bengo, perto de Luanda, e que vendessem escravos aos mercadores holandeses, desde que pagassem 25% de impostos à Companhia.⁶⁹

67 “Petición presentada por el P. Tomas de Ureña, Procurador General de la Compañia da Jesus al Tenente General y Almirante de las provincias del Rio de la Plata, Don Luis Aresti (01/09/1644)”, *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 5, 125 (1931). Para Barleus, eram 200 indígenas, para Boxer, 240, e todos tapuia. Cf. Gaspar Barleus, *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 211; e Charles Ralph Boxer, *The Dutch in Brazil, 1624-1654*, Oxford: Clarendon Press, 1959, p. 107.

68 De acordo com um contemporâneo citado por Charles Ralph Boxer, *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*, São Paulo: Ed. Nacional, 1973. p. 254.

69 Os termos de capitulação estão expostos numa carta ao rei transcrita em nota pelo comentador de Cadornega, José Mathias Delgado. Ainda segundo este historiador, as capitulações foram assinadas na barra do rio Bengo, no dia 30 de janeiro de 1643, e negociadas pelo licenciado em leis, Antonio Guerreiro, e o feitor da Fazenda Real em Angola, Diogo Lopes de Faria. Cf. Cadornega, *História geral das guerras angolanas*, t. 1, pp. 296-298. Veja ainda Boxer, *Salvador de Sá*, p. 182. Corrêa, *História de Angola*, v. 1, pp. 248-249; e Barleus, *História dos feitos recentemente praticados*, p. 257.

Desde o começo do século XVII, a dependência do fornecimento de mão de obra africana para a produção do açúcar no Brasil fortaleceu sobretudo a conexão com Angola. Segundo os historiadores John Thornton e Linda Heywood, essa “onda angolana”, com o predomínio das remessas de escravizados dessa parte da costa ocidental da África, ocorrida após 1615, contribuiu para que o Brasil seiscentista tivesse uma população de escravizados relativamente homogênea em termos étnicos.⁷⁰ A dependência desse fornecimento, com a substituição da mão de obra indígena – que fora essencial para a montagem do sistema produtivo do açúcar, desde o início da colonização na década de 1530 – era então tida como decisiva no contexto da Restauração. É conhecida a conclusão de Antonio Vieira no ano de 1648, um pouco antes da retomada de São Paulo de Luanda pelas naus de Salvador Correia de Sá e Benevides, governador do Rio de Janeiro. O maior porto do comércio de escravos na África havia sido conquistado pelos holandeses da Companhia das Índias Ocidentais em 1641, como parte das guerras pelo controle do açúcar. Escrevendo de Haia ao marquês de Nisa, o jesuíta pondera que o que mais importava no momento era controlar o fornecimento dessa *mercadoria*, ao mesmo tempo força de trabalho, homens e mulheres conquistados e feitos propriedade para o desfrute de senhores e empresários do açúcar e de tantas outras produções coloniais:

Todo o debate agora é sobre Angola, e é matéria em que não hão de ceder, porque *sem negros não há Pernambuco, e sem Angola não há negros*, e como nós temos o comércio do sertão, ainda que eles tenham a cidade de Luanda, temem que, se nós tivermos outros portos, lhes divertimos [tiremos] por eles tudo.⁷¹

70 Linda M. Heywood e John K. Thornton, *Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of the Americas, 1585-1660*, New York: Cambridge University Press, 2007, p. IX.

71 António Vieira, “Carta XLVI ao Marquês de Nisa: 1648 – Agosto 12” in João Lúcio de Azevedo (coord.), *Cartas do Padre António Vieira* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925), t. 1, pp. 241-243. p. 243, grifo nosso.

Em certo sentido, e descontando o que deve ser descontado, tem alguma razão Ralph Delgado quando considera que, uma vez restaurada, em 1648, pelas tropas do governador do Rio de Janeiro, Angola passava “praticamente à colônia do Brasil até a abolição da escravatura em 1836”. Ou seja, inutilizando-se como espaço de produção, restava-lhe, “resignada e compassiva, a honra tão nobilitante como exaustiva, de continuar a ajudar a fazer o Brasil”.⁷² Traduzindo em outra chave e tirando importantes consequências desse fato, Luiz Felipe de Alencastro viu como “a colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravagista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola”. Em outra formulação, para esse mesmo historiador, é o tráfico de escravos⁷³ o protagonista dessa costura que permite “reprodução da produção colonial”, apresentando-se como “um instrumento da alavancagem do Império do Ocidente”.⁷⁴

Com a consolidação do trato negreiro e a presença portuguesa em Angola e no Congo, é de se esperar que moedas nacionais passassem também a circular. Podemos imaginar que, como no Brasil e em outros espaços coloniais, as peças de Castela, patacas e outras, estivessem presentes nas transações e ocupassem boa parte da oferta monetária. Será apenas no reinado de dom Pedro II, em 1694, que moedas especiais serão cunhadas para circularem, não especificamente em Angola, já que valiam também para o Brasil. Segundo Luis Rebelo de Souza, até o final da ocupação holandesa em Luanda, em 1649, não se sentia a necessidade de introdução de moedas metálicas em Angola.⁷⁵

72 Ralph Delgado, *História de Angola*, Lisboa: Banco de Angola, 1971, vol. 2, pp. 399-400; sobre a restauração de Angola, veja também Alfredo Botelho de Souza, *O período da restauração nos mares da Metrópole, no Brasil e em Angola*, Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940, pp. 43-46.

73 Alencastro, *O trato dos viventes*, p. 9.

74 Alencastro, *O trato dos viventes*, p. 28.

75 L. Rebelo de Sousa, *Moedas de Angola*, Luanda: Banco de Angola, 1967, p. 53.

Não havia, de fato, necessidade de uma massa monetária – ainda que de moedas pequenas –, porque a monetarização do mercado de escravizados supunha o fechamento dos circuitos de compra no espaço atlântico. Os escravos eram adquiridos na África, dos sobas, tangomãos (lançados) ou outros fornecedores, em troca de um conjunto de mercadorias para as quais havia uma demanda local. Nessa dimensão africana, digamos assim, o trato de escravizados não era monetizado e se fazia com a permuta de um conjunto de mercadorias. Algumas delas, de maior aceitação, eram consideradas com algum potencial universal de mercadorias de troca: seria esse o caso do sal e dos tecidos, que eram reclamados normalmente em vários circuitos mercantis. Contudo, é de se notar que o comércio não dependia, então, de um sistema baseado em uma referência universal ou, consequentemente, em um cálculo de câmbio. Uma vez transportados para o porto do mar – São Paulo de Luanda no caso de Angola –, os escravizados eram então inseridos no sistema de trocas monetizado da economia-mundo, sendo marcados com preços definidos no padrão monetário português – e, pelos mecanismos do câmbio, em outros sistemas conexos. O imposto devido aos contratadores, arrendatários dos direitos régios de exclusivo, eram cobrados por cabeça de escravos, mas sempre pagos nos destinos de desembarque: na Europa, Brasil ou Índias de Castela. Nos portos de chegada, igualmente, os seus preços eram satisfeitos e os circuitos se fechavam com pagamentos em dinheiro sonante ou letras de câmbio.

Esse “desajuste”, digamos assim, era na verdade estrutural da forma como os sistemas de troca – nos quadros do sistema colonial – se subordinavam. A desigualdade dos termos de troca, e dos processos mercantis, eram aproveitadas no contexto do porto do mar, pelos interesses do capital mercantil. Essa diferença de densidade entre dois sistemas monetários articulados pelo fato da dependência colonial – ou seja, pela dominação político-militar –, era importante para garantir a baixa remuneração dos agentes e processos locais, em proveito dos mercadores de grosso trato, envolvidos nos circuitos mais elevados da economia-mundo. Ganhava-se pouco em Luanda, os mercados funcionavam com base em fracas moedas

locais, para que muito se locupletassem os mercadores, principalmente os donos do Contrato do Reino de Angola e a monarquia, por meio da dimensão fiscal. A consolidação da moeda local, em Angola, com base nos *panos* de Loango, é um processo que se inscreve na lógica mesmo da dominação colonial. A apropriação inicial das mercadorias utilizadas nos sistemas de troca tradicionais, a desorganização do sistema monetário baseado nos *cauris*, acabou permitindo a imposição de uma moeda local com base nos *panos* de Loango e dominada, de forma total, pelos contratadores, ou, em outros termos, pelo poder delegado pela monarquia portuguesa aos mercadores que controlavam aquele espaço colonial. Desde a restauração de Luanda, em 1648, essa presença da moeda local exclusiva para os pagamentos e obrigações seria confrontada pelos interesses populares em Angola (moradores e soldados) em um processo de erosão da base monetária que só seria parado com a sua radical transformação, nos anos de 1694-1695, com a adoção da moeda de cobre fundida em Portugal.

Macutas e libongos: panos de Loango, moedas de Luanda

Se o *zimbo* era a moeda corrente no espaço de influência do Congo, a aquisição de escravizados exigia um conjunto de mercadorias, dentre as quais tinha destaque os tecidos. Com efeito, o interesse pelos panos permitiu articular os mercados interiores da região com os espaços de produção os mais distantes. Os portugueses introduziram, para fechar acordos, panos fabricados no Oriente ou na Europa, mas também panos africanos, sobretudo os tecidos de rafia fabricados na região do Loango, ao norte de Angola. Esses tecidos, chamados de *libongos*, tinham ampla circulação, servindo, por conta de seu grande interesse, como mercadoria e base de inúmeras trocas: “serviam para comprar todos os bens de consumo ou utilitários e a sua aceitação era geral e sem reservas”.⁷⁶

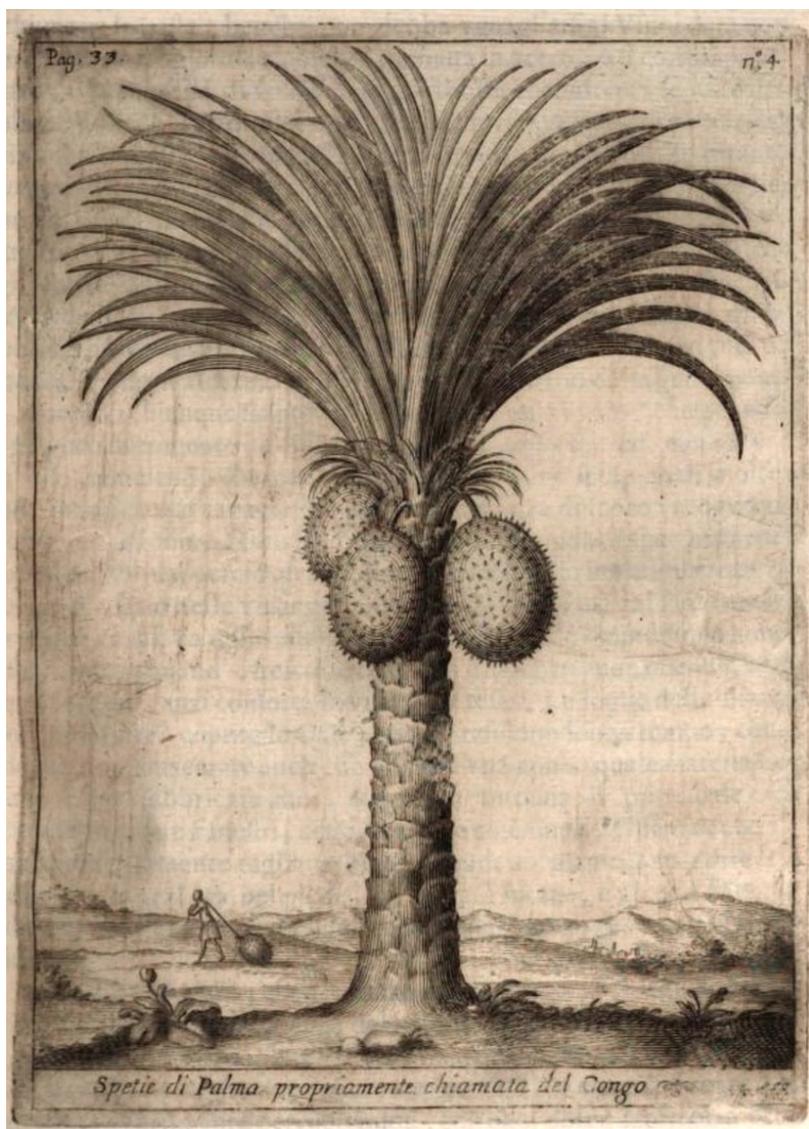
76 Sousa, *Moedas de Angola*, p. 54.

A primeira referência ao uso dos panos como base dessas trocas na costa ocidental da África foi feita por Duarte Pacheco Pereira. Em seu *Esmeraldo de Situ Orbis*, escrito nos primeiros anos do século XVI, ele nota que no reino do Congo “se fazem uns panos de palma como veludo”. Eram tecidos feito “com labores como cetim aveludado tão formoso que a obra deles se não faz melhor feita em Itália; e em toda a outra Guiné não há terra em que saibam fazer panos senão neste reino do Congo”. O navegador nota que essa terra não tinha ouro e que dali se resgatavam alguns escravos – “e até agora não sabemos que aqui haja outra mercadoria”.⁷⁷

Esses panos, metamorfoseados em pequenas peças, serviram para a formalização de um sistema monetário local, como base em uma espécie fiduciária garantida pelo poder soberano português. Diferentemente do *zimbo*, que era uma moeda assegurada pelos soberanos do Congo, os panos *libongos* – agora transmudados em dinheiro – eram garantidos pelo poder colonial. Eram, contudo, um tipo de *moeda privada*, já que emitida pelos arrematadores do Contrato do Reino de Angola. Os *libongos*, como dinheiro, funcionavam como vales (*token-money*), referenciados simbolicamente à mercadoria tecido de origem, mas com seu valor – expresso no padrão monetário português (real) – garantido pelo poder colonial. Sua produção era feita localmente, na África. Nos marcos do sistema monetário português, a fabricação dessa moeda era realizada no exterior do espaço soberano – comprada de produtores situados fora do território do Império.

77 Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1892, cap. 2, p. 84.

Figura 4
A palmeira do Congo, matombe (*Raphia matombe*)



Fonte: Giovanni Antonio Cavazzi da Montecuccolo, *Istorica descrizione de' tre regni Congo, Matamba, et Angola situati nell' Etiopia inferiore occidentale e delle missioni apostoliche esercitateui da Religiosi Capuccini*, Bologna: Giacomo Monti, 1687, p.32.

Na segunda metade do século XVII, Dapper registrou que esses “panos” eram fabricados na região de Loango e trazidos para Luanda pelos portugueses, para lá servirem de moeda. Nas suas palavras, os *libongos* eram agora uma espécie de “guardanapo de três quartos de um quadrado de côvado” feitos a partir dos brotos do *matombe* (ou *ntombi*), um tipo de ráfia comum nessa região (*Raphia matombe*), que era torcida como o cânhamo para produzir os fios. Por vezes, esses pequenos tecidos eram costurados em quatro peças, os chamados de “panos-sambes”.⁷⁸ Os múltiplos de dez *libongos* formavam uma “macuta”. Esses panos-dinheiro eram marcados com as Armas de Portugal e só podiam ser transportados com a permissão do contratador do Contrato do Reino de Angola:

A moeda corrente de Loango são os *Libongos* e os *Panos-Simbos*, peças de pano de três quartos de covado em cada lado, que se fabricam em Luando, de fibra de Matombe. Há alguns que são todos unidos, outros marcados simples, outros em dobro, com as armas de Portugal; quatro deles costurados em conjunto valem por volta de dois soldos de nossa moeda; mas um dos [panos marcados] em dobro valem dez. Ninguém pode transportar estes panos de Loango sem a permissão do contratador, que tem comissários em Loando.⁷⁹

Pieter Moorthamer, diretor da Companhia das Índias Ocidentais em Angola, em seu relato enviado à Câmara da Zelândia, revela que já nas primeiras décadas do século XVII os portugueses tinham o “costume de imprimir, em Luanda, a marca real sobre estes panos que passavam a ter o valor (oficial) de um tostão”. Segundo o neerlandês, os panos com as armas reais tinham apenas circulação (utilidade) no restrito *espaço monetário* da vila de São Paulo de Luanda:

eles eram então chamados de *paños mercados* [panos de mercado, que servem aos pagamentos]. Estes panos não eram trocados com os negros

78 Olfert Dapper, *Description de l’Afrique contenant les noms*, pp. 327-328. Note-se que, na p. 367, Dapper grafa “Panos-Sambes”.

79 Dapper, *Description de l’Afrique*, p. 367, tradução nossa.

no interior ou mesmo de perto; porque estes tecidos marcados tinham sobretudo sua utilidade na vila [de Luanda].⁸⁰

Já os tecidos que circulavam no interior eram os *paños limpos*, “panos não marcados”, que tinham curso em todos os reinos, “seja para uso pessoal, seja como moeda”. Ele nota que havia grande demanda por esse tipo de mercadoria. Sugere então que o sistema monetário baseado em moedas metálicas era uma verdadeira “mina de ouro” e que deveria continuar desconhecido dos africanos, como um mecanismo de marginalização dos africanos do comércio mundial, garantindo o papel dos comerciantes europeus de intermediários dos valores das mercadorias. Em outras palavras, o isolamento dos regimes monetários permitiria a exploração dos recursos e a subordinação dos sistemas econômicos periféricos:

Com efeito, se um negro circula no interior do país com um punhado de panos sobre o braço e um outro no corpo como vestimenta, ele talvez se aperceba que poderá fazer bons negócios por troca. Neste caso, ele não poupará sequer o pano que ele leva em torno de sua cintura. Eu penso que há, nestes panos, uma mina de ouro para a Companhia, pois isso permite fazer o comércio de escravos sem se servir de dinheiro, mas os trocando por uma mercadoria que não vai sair do país. Além disso, isso permite de manter os negros na ignorância do valor do ouro. Até agora, eles não o conheceram e nós os devemos manter nesta ignorância, caso contrário a Companhia não poderá jamais alcançar os objetivos perseguidos pelos portugueses por cem anos.⁸¹

Em seu testemunho, Cadornega fala desse dinheiro de palha que tinha valor apenas localmente, registrado que eram espécies com “marcas reais”. Ele esclarece que antes de tomada de Luanda pelos holandeses, havia um tecido de palha produzido localmente – “panos limpos, a que chama panos *cundis*, que se fazem de palha naquele reino” –, que seria

80 Louis Jadin, “Relation de Pieter Moortemer à la Chambre de Zélande, 29.06.1643” in Louis Jadin, *L'Ancien Congo et l'Angola, 1639-1655: d'après les archives romaines, portugaises, néerlandaises et espagnoles*, (Bruxelles: Institut Historique Belge de Rome, 1975), t. 1, pp. 357-358, tradução nossa.

81 Jadin, “Relation de Pieter”, p. 358.

substituído pelos *libongos*, que vem do reino do Loango. Em meados do século XVII, “um *pano* valia cinquenta réis, e uma *macuta*, que são dez panos, quinhentos réis de muito bom dinheiro de peça ou letra; e tudo se comprava com eles”. Segundo o militar,

cada um destes panos limpos para correrem como moeda eram marcados pelo Senado da Câmara com a marca real de R, com duas marcas cada um; e cada *libongo* com uma, que valiam então doze réis e meio, e só o Procurador do Senado tinha estas marcas, e só podia marcar depois desta terra restaurada.⁸²

Figura 5

Um pano feito de fibras de ráfia (*mabela*)



Fonte: L. Rebelo de Sousa, *Moedas de Angola*. Luanda: Banco de Angola, 1967, p. 30

82 Cadornega, *História geral das guerras angolanas*, t. 3, pp. 195-196, grifo nosso. Os panos de *kundi* eram produzidos nessa região do reino do Congo.

A presença das Armas reais emulava, nessa moeda-pano, a imagética das espécies metálicas portuguesas. Esse é um ponto fundamental, com algumas poucas referências na documentação. O fato de que esses tecidos eram muito perecíveis, assim como deliberadamente produzidos com má qualidade, resultou nenhum exemplar dessa época ter resistido até o nosso presente. Os documentos que pude consultar tampouco ajudam na reconstituição da materialidade dessa moeda. Em uma *memória*, escrita pelo Senado de Luanda, em 1679, há uma referência de que teria sido Francisco de Távora, governador de Angola entre 1669 e 1676, que havia mandado “marcar” o dinheiro de pano.⁸³ Porém, como sabemos pelo relato de Moortamer e de Dapper, o uso das marcas é muito anterior a isso.

Os *libongos* tinham curso apenas na região de Luanda, cujo espaço de domínio se estendia até o traço do rio Dande (ou Dange). No começo dos anos de 1680, quando escreve sua *História*, Cadornega revela que o rio Dande delimitava a fronteira da conquista portuguesa com as terras de soberania do rei do Congo. Desde a foz do Dande, onde estava uma vila habitada por um capitão português e alguns casais, que servia de aduana para o reino do Congo, havia outras passagens mais acima no curso do rio, como Hicau e Bendoa; a última delas, a mais distante, com o nome de *Finda Libongo*:

onde mora alguma gente portuguesa com arimos e sementeiras, e fazem por ali também algum negócio com os vassallos do reino de Congo; e é esta paragem os últimos limites onde por aquela banda do mar, costa abaixo a sotavento desta cidade [de Luanda], terminam os daquele reino com a Nação Portuguesa, e terras dos vassallos da Real Coroa de Portugal; e o chamar-se este dito sitio e seu riacho deste nome, no entender do Autor desta Historia, significa, na linguagem desta terra, chegarem até ali as demarcações e comarca da sempre leal e nobre Cidade de São Paulo da Assumpção, e dizer-se *Finda Libongo é porque até ali fenece a moeda que corre nesta Cidade de libongos, dinheiro de palha tecida, e dali para o reino do Congo corre o dinheiro de zimbo, e*

83 “Memória do Senado da Câmara de Luanda aos reitores da Companhia [de Jesus] e do Carmo (24-5-1679)” in António Brásio (org.), *Monumenta Missionária Africana: África Ocidental (1666-1655)*, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1982, v. 13, pp. 496-501.

por isso se deixa entender que Finda Libongo quer dizer *aqui fenecem os libongos, e corre outra moeda diferente*.⁸⁴

Segundo Phyllis Martin, desde a fundação de Luanda, em 1576, os portugueses passaram a realizar um comércio regular com os comerciantes *vili*, como eram chamados os habitantes dessa região ao norte do rio Congo.⁸⁵ O marfim e as peles eram levados para Portugal, enquanto os tecidos feitos de fibras de palmeira e de tacula tinham interesse local, com venda garantida em Angola. De qualidade variável, os mais finos (*bondo*) eram reservados ao rei (*Maloango*) e seus próximos. Os nobres utilizavam tecidos de melhor qualidade (*kimbo*), enquanto a população em geral deveria usar peças mais pobres. De toda forma, os tecidos eram muito considerados pelos comerciantes. Os tecidos feitos com as folhas do matombe acabaram sendo utilizados como mercadorias de referência para as trocas, constituindo-se em moeda com circulação para além da região de Loango. Segundo Martin, devemos considerar que a cuidada padronização dos tecidos e o fato de que havia uma monopolização e normalização do seu uso pela sociedade *vili* serviu como garantia para a estabilidade desta mercadoria e seu uso como referência monetária. Além disso, para a historiadora, de alguma forma, podemos pensar que o

84 Cadornega, *História geral das guerras angolanas*, t. 3, pp. 55-56, grifo nosso.

85 Martin, *O comércio externo da Costa do Loango*, pp. 19-45. Sobre os tecidos na África, veja o livro de Robert S. DuPlessis, *The Material Atlantic: Clothing, Commerce, and Colonization in the Atlantic World, 1650-1800*, Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 40ss. Quando estiveram no Congo, os missionários capuchinhos Michael Angelo e Denis de Carli registraram que “as *macutas* eram peças de tecido de palha de uma jarda de comprimento [cerca de 0,9 metros], dez das quais valem cem réis”. Outros tecidos também tinham circulação e representavam possibilidades de troca, sobretudo os *birames*, peças de algodão grosso (*coarse cotton*) feitas na Índia com cinco varas de comprimento, valendo 200 réis a peça. Segundo os capuchinhos, uma *macuta* equivalia a 2 mil *zimpos*. Cf. Michael Angelo of Gattina and Denis de Carli of Piacenza “A Curious and Exact Account of a voyage to Congo, in the years 1666 and 1667” in Thomas Astley, *A New General Collection of Voyages and Travels Consisting of the Most Esteemed Relations, which have Hitherto been Published in Any Language [...]*, (London: Pater Noster Row, 1746), v. 1, pp. 561-562. Veja também Gustavo Acioli Lopes e Maximiliano Mac Menz, “Vestindo o escravismo: o comércio de têxteis e o Contrato de Angola (século XVIII)”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 39, n. 80 (2019), pp. 109-134, .

Maloango em pessoa garantia essa moeda, que tinha, portanto, um caráter fiduciário.⁸⁶ A garantia dessa moeda passaria para o monarca português, já em meados do XVII, quando ela seria utilizada de forma mais intensa no restrito espaço monetário de Luanda.

Martin sugere que o sal-gema, extraído no Kisama, seria a mercadoria de maior interesse na região de Angola e, nesse sentido, poderia ser utilizado como uma moeda mais de maior aceitação.⁸⁷ Com efeito, o sal que circulava em Angola era retirado das minas de Ndemba, no Kisama. Segundo Cadornega, as pedras de sal eram ali extraídas à escopro – isto é, com ferramentas cortantes –, “tendo de comprido três palmos, e de largo mais de uma mão travez [sic], com quase a mesma grossura”, para serem enviadas até a costa, no Kwanza ou Muxima.⁸⁸ Martin acredita que, como os portugueses não conseguiram controlar esses recursos, acabaram por intensificar o uso dos *libongos*.⁸⁹ De toda forma, quando se estabeleceu um contrato para monopolizar o seu comércio de Loango para Angola, sua dimensão de moeda fiduciária passou a ser garantida pelo poder colonial.

Os portugueses vão reforçar o seu uso na região de Angola, tanto para realização de trocas mercantis com os nativos, como para realizar pagamentos devidos à administração e aos soldados. Randles nota que no interior, os *libongos* eram preferidos aos *zimpos*, servindo para o tráfico de escravos.⁹⁰ Com efeito, os panos eram preferidos na composição dos *banzos* – o conjunto de mercadorias que poderia ser trocada por um escravo –, com grande demanda nas sociedades africanas.⁹¹

86 Martin, *O comércio externo da Costa do Loango*, p. 58-59.

87 Sobre o interesse econômico e político do sal, veja Aurora da Fonseca Ferreira, *A Kisama em Angola do século XVI ao início do século XX: autonomia, ocupação e resistência*. Luanda: República de Angola, Kilombelombe, 2012, v. 1, pp. 401-418.

88 Cadornega, *História geral das guerras angolanas*, t. 3, p. 98.

89 Martin, *O comércio externo da Costa do Loango*, p. 60.

90 William Graham Lister Randles, *L'ancien royaume du Congo des origines à la fin du XIXe siècle*, Paris: Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales, 1968, p. 72-73.

91 Sobre os banzos e as mercadorias que interessavam no comércio de escravizados, veja Joseph Calder Miller, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*, Wisconsin: Madison University Press, 1988, p. 73ss. Deve-se

Mas os *libongos* de Loango manteriam seu valor de troca apenas até meados do século XVII. Em 1673, os oficiais da Câmara de Luanda historiavam a introdução dos *libongos* e *macutas*, seu papel nos contratos e a sua decadência como fundamento do sistema monetário.⁹² Segundo esse documento, como não havia moeda de lei – isto é, com valor intrínseco – que bastasse para o comércio, os primeiros conquistadores de Angola “se valeram naquele tempo de uns panos tecidos de palha, fábrica de um Rei gentio do Loango, que na sua jurisdição tinham valor de moeda”. Para um conjunto com dez peças desses panos, que chamam *macuta* – apesar de não terem nenhum “peso, cunho, nem valor intrínseco” –, “se lhe deu então aqui rico preço de quinhentos reis”. Ou seja, em um primeiro momento, os panos tinham sim valor de uso, de modo que poderiam funcionar como uma moeda primitiva, fundamento de um sistema de trocas. Segundo o relato, até o momento da ocupação de Luanda pela Companhia das Índias Ocidentais, em 1641, os *libongos* de Loango tinham grande interesse no mercado local, porque eram cumpridos e largos, de modo que poderiam ser utilizados em “velas das embarcações desta costa”, em “sacos de vestir os negros de armação [isto é, escravizados] que saíam deste porto para o Brasil e Índias [de Castela]”. Eles eram muito aceitos e podiam ser utilizados para comprar “toda fazenda, pagavam alugueis de casas e faziam outras compras”. Segundo os edis de Luanda, depois que a praça foi restaurada pelos portugueses, em 1648,

registrar a diferença do *banzo*, como doença-nostalgia, que afetava os escravizados em seu cativeiro americano. Provavelmente derivado de *mbanza* (casa ou aldeia) e do verbo (aportuguesado) *banzar*, o termo fala sobre um “desejo exarcebado de casa”. Sobre o assunto, veja Ana Maria Galdini Raimundo Oda, “O banzo e outros males: o páthos dos negros escravos na Memória de Oliveira Mendes”, *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, ano 10, n. 2 (2007), pp. 346-361, [DOI](#); Ana Maria Galdini Raimundo Oda, “Escravidão e nostalgia no Brasil: o banzo”, *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 11, n. 4 (2008), pp. 735-761, [DOI](#); e Kalle Kananoja, “As raízes africanas de uma doença brasileira - o banzo em Angola nos séculos XVII e XVIII”, *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v. 12, n. 23 (2018), pp. 69-94, [DOI](#).

92 AHU, CU, Angola, cx. 14, D. 1674, *Carta que os oficiais da Câmara escreveram ao Rei com o parecer dos moradores desta Cidade e pessoas doutas e homens assistentes de negócio, Luanda, 10 maio 1673*. Publicado também na MMA, v. 13, pp. 220-223.

esses *libongos* foram sendo trocados por “panos tão pequenos, com tão pouca palha e tão mal tecidos”, que de nenhum modo se podiam mais usar nas embarcações, nem para vestir os escravos.⁹³ Passariam a ter um valor apenas de símbolo monetário. Cada vez mais, os tecidos asiáticos iriam preencher essa demanda para a composição dos banzos, transformando o Atlântico Sul no principal mercado para os negociantes portugueses que traziam esses coloridos e baratos panos de algodão indianos.⁹⁴

Os autores da memória da Câmara de Luanda, de 1673, ponderam que essa alteração teria sido feita “por malícia do gentio ou por introdução do holandês”, contudo fica claro que ela é o resultado da mudança feita na forma do arrendamento dos direitos reais. Desde 1649, a introdução desses panos-moeda de Loango era parte do monopólio dos comerciantes e resultaria numa clara manipulação da sua forma e valor.⁹⁵ Os detentores do monopólio, desde a Restauração, tinham compromisso de introduzir os panos como moeda local, para o pagamento da infantaria que utilizava dessa moeda para as compras de alimentos feitas nas feiras da cidade. Desta forma, a monarquia havia concedido o controle do sistema monetário local para os contratadores, que deveriam saldar uma parte dos seus pagamentos devidos à Fazenda real com *macutas*, cuja compra no Loango era seu direito exclusivo e que serviriam para pagar os soldos da infantaria. Em outros termos, essa desmaterialização da moeda mercadoria transformaria os *libongos* em um tipo de “pano-moeda”, com valor fiducial garantido no uso circunscrito da praça de Luanda. Moeda afiançada pelo governo colonial em Angola e pela sua reprodução garantida pelos contratadores do comércio.

Em um primeiro momento, apesar da diminuição dos panos, Salvador Correia de Sá, governador entre 1448 e 1651, manteve o preço

93 AHU, CU, Angola, cx. 14, D. 1674, *Carta que os oficiais da Câmara escreveram ao rei... Luanda, 10 maio 1673*. Publicado também “em Brásio, MMA”, v. 13, pp. 220-223.

94 João Teles e Cunha e Maria João Ferreira, “Weaving a Global Trade Pattern: The Portuguese Role in the Globalisation on Asian Textiles, 1500–1800” in Rafael Dobado-González e Alfredo García-Hiernaux (eds.), *The Fruits of the Early Globalization: An Iberian Perspective*, (Cham: Palgrave Macmill, 2021), p. 229.

95 AHU, CU, Angola, cx. 14, D. 1674, *Carta que os oficiais da Câmara escreveram ao rei... Luanda, 10 maio 1673*. Publicado também em Brásio, MMA, v. 13, pp. 220-223.

da *macuta* em 500 réis. O ganho era enorme para os contratadores que obtinham, naquele momento, os *libongos* em Loango pelo preço de 20 réis e pagavam as tropas os considerando no valor de 50 réis. Seu sucessor, Rodrigo de Miranda Henriques, quando tomou posse em março de 1652, reduziu o valor da *macuta* a 250 réis. Alguns anos depois, atendendo às queixas dos moradores e em particular da infantaria, João Fernandes Vieira, governador entre 1658 e 1661, reduziu ainda mais o seu valor, para 150 réis.⁹⁶ Como se percebe, a operação teve um sucesso muito limitado. No ano de 1667, o escrivão da Fazenda real, Vicente Borges Pinheiro, passava uma certidão avaliando as *macutas* em 150 réis.⁹⁷ Em dez anos, houve uma desvalorização brutal da *macuta*, mas ela permaneceria como moeda apenas pela intervenção do governo colonial e a força dos contratadores.

A demanda por uma moeda provincial

Essa manipulação das moedas de pano pelos contratadores resultou então em uma série de queixas, como a feita pela Câmara de Luanda em 1649. A troca da “moeda de pano” por uma moeda metálica passou a ser uma questão central para os moradores. Os povos – leia-se, os “oficiais da Câmara, Justiça, Fazenda, Eclesiástico e Milícia” –, reunidos na casa do governador no dia 26 de janeiro de 1649, haviam proposto em um assento a criação de uma moeda provincial feita de cobre. O documento sugeria, com efeito, a cunhagem de duas novas moedas de cobre para o sustento da infantaria: o *meio pano*, pesando duas oitavas e dois terços, no valor de 25 réis,

96 AHU, CU, Angola, cx. 14, D. 1674, *Carta que os oficiais da Câmara escreveram ao rei... Luanda*, 10 maio 1673. Publicado também na MMA, v. 13, pp. 220-223. Sobre o governo de João Fernandes Vieira em Angola, veja Leandro Nascimento de Souza, “Uma experiência pernambucana em Angola: o governo de João Fernandes Vieira, 1658 a 1661”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

97 Certidão passada pelo escrivão da Fazenda real, Luanda, 23.09.1667, ANTT, Marquês de Olhão, Núcleo Ultramarino, cx. 41, nº 85.

e outra, que teria de peso uma oitava e um terço, e que ser chamaria *libongo*, valendo 12,5 réis.⁹⁸ O governador encaminhou a queixa dos moradores, em carta ao rei de 2 de fevereiro de 1649, afirmando que havia em Angola “grande necessidade de moeda, para a compra das coisas necessárias à vida humana”, o que não podia ser feito mais para “o dinheiro antigo dele, que eram os panos do Congo e os *libongos* do Loango”, não porque eram manipulados pelos contratadores, mas porque estavam “quase extintos”.⁹⁹

Segundo Ralph Delgado, os sete anos do domínio holandês (1641-48) haviam provocado uma desorganização da circulação monetária baseada no uso dos *libongos*. As tensas relações com o Congo e a proibição dos resgates em Loango fizeram escassear o tecido. Quando o novo governo se constituiu, havia então o entendimento de que o sistema baseado nessa moeda local deveria ser modificado com a introdução de peças de cobre.¹⁰⁰ Outra explicação, contudo, está em um desgaste interno desse sistema monetário limitado. A expansão das trocas mercantis, o crescimento do tráfico de escravizados e a sua intensificação com a zona produtora de açúcar americana acabariam erodindo o valor da moeda mercadoria de uso exclusivo em Luanda. Assim, se no primeiro século da presença portuguesa em Angola os panos de palha ainda tinham valor no Sertão, permitindo o fechamento de algumas trocas mercantis – a compra de escravos ou outros bens para o sustento –, na segunda metade do século XVII os produtos de origem externa, seja da Índia, Europa ou Brasil, passavam a ser mais importantes. Os circuitos mercantis que conectavam Luanda aos mercados do interior dispensavam, integralmente, a presença desses tecidos feitos no Loango. A queda do valor dessa mercadoria, base da moeda local, iria abolir seu valor intrínseco. A moeda passara a desempenhar sua função apenas sustentada no poder do emissor – que era o Contrato do Reino de Angola, por delegação da monarquia –, e que já não

98 Traslado do Assento que se fez casa do governador com os oficiais da Câmara, Justiça, Fazenda, Eclesiástico e Milícia sobre o bater-se moeda nesta Cidade e reino de Angola, São Paulo de Luanda, 31.01.1649, AHU, CU, Angola, cx. 4, D. 447.

99 Consulta do Conselho Ultramarino, Lisboa, 18.08.1649, AHU, CU, Angola, caixa 4, p. 447.

100 Delgado, *História de Angola*, v. 3, p. 25.

era capaz de garantir seu valor. Segundo Toby Green, uma das razões para essa desvalorização seria que, na década de 1650, “as pessoas aprenderam a falsificá-los”. Como esses panos falsificados eram malfeitos e se desgastavam, perderiam o seu valor.¹⁰¹

Os anos que se seguem são de repetidas demandas dos moradores, amparados pelos poderes locais (notadamente a Câmara Municipal de Luanda), para que a moeda de pano fosse finalmente substituída por uma moeda provincial metálica. Dado o baixo valor das transações, o dinheiro que serviria sobretudo para o pagamento dos soldos e ordenados dos oficiais deveria ser cunhado em cobre. Com efeito, por um decreto de 29 de novembro de 1679, a monarquia resolveu que o caminho era acabar com os pagamentos em *libongos*. Mas foi apenas em 13 de julho de 1680 que o Conselho Ultramarino recomendou autorizar o cunho de moedas de cobre para Angola. A permissão, segundo o despacho del-rei de 4 de agosto, era para “moeda só provincial”, que correriam desvalorizadas em 50%, com diferença no seu cunho. Ou seja, moedas de meio vintém correriam em Angola por um vintém; moedas que valiam cinco réis no reino, valeriam 10 réis na África; as de três réis, seis; e a de real e meio, três reais.¹⁰² Apesar de o decreto real ter sido assinado no dia 31 de agosto de 1680, a decisão não teve execução imediata.¹⁰³ O mais provável é a resistência dos contratadores do reino de Angola. Segundo o decreto real, a introdução da moeda deveria ser bancada por eles, que seriam recompensados com a troca da moeda de pano pelo cobre com um avanço de 100% sobre o valor. O que era inferior ao negócio que já tinham.

Apenas em 1693, depois de muitas tratativas e resistências vencidas, as moedas de cobre começariam a ser cunhadas para Angola.

101 Green, *A Fistful of Shells*, p. 236; e Hilton, *The Kingdom of Congo*, p. 77.

102 AHU, CU, Consultas de Angola, cod. 554, fl. 25, *Consulta com as informações do desembargador Sebastião Cardoso de Sampaio e do juiz da moeda Nicolau de Oliveira sobre a introdução da nova moeda de cobre no reino de Angola. 15.07.1680*, v. Veja também AHU, CU, Angola, cx. 12, D. 1464.

103 AHU, CU, Angola, cx. 12, D. 1467, *Decreto do príncipe regente d. Pedro ao Conselho da Fazenda, ordenando que fossem cunhadas moedas com o cobre de Hamburgo para serem usadas em Angola, Lisboa, 31.08.1680*.

Foram produzidas com legendas específicas, que as caracterizavam como uma moeda provincial e as diferenciavam das peças de cobre propriamente nacionais. No anverso da moeda lia-se: “PETRUS. II. D. G. PORTUG. R. D. AETHIOP”. (“D. Pedro II, por graça de Deus, rei de Portugal e senhor da Etiópia), com o escudo de Portugal; e no reverso: “MODERATO SPLENDEAT USU”. (“brilhará com uso moderado”), ao centro o valor XX, X, ou V réis entre quatro letras monetárias “P” (significando “Porto”, a cidade onde foram cunhadas). Essas moedas trazem já a data da sua fabricação. Segundo Carlos Amaral, são conhecidos exemplares de um vintém, de dez réis e de cinco réis. Dos primeiros, há exemplares cunhados já no ano em 1693, sendo mais comuns os cunhados a partir de 1694.¹⁰⁴ Note-se que, apesar do baixo valor do metal, as peças apresentam bordas serrilhadas para evitar o cerceio. As peças chegaram em Luanda apenas em setembro de 1694. A forma como foram utilizadas, destinadas que estavam para o pagamento dos soldados, iria provocar uma forte reação. Isso porque a administração colonial entendia que, por sua qualidade, as peças de cobre deveriam ser valoradas diferentemente dos *libongos*.

Figura 6:

Moeda de cobre (X réis), com a data de 1694, cunhada no Porto para circular em Angola /



Fonte: Museu da Casa da Moeda (Lisboa) / inventário 5684

104 Carlos M. Amaral, *Catálogo descritivo das moedas portuguesas: Museu Numismático Português*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977-1980, v. 3, pp. 111-114; Veja também Luís Pinto Garcia, “Descrição das moedas de Angola e São Tomé e Príncipe”, *Nummus*, Braga, n. 25 (1965), pp. 179-215.

No ano seguinte, em 1694, chegariam as primeiras moedas em Luanda, a bordo de uma charrua (navio de carga de grande bojo), que trazia também uma carta del-rei autorizando o pagamento dos soldados com essas novas moedas de cobre, o que de pronto fez o governador Gonçalo da Costa. Mas, seguindo a orientação de Lisboa, pagou em cobre apenas 200 réis, fazendo o câmbio do valor que receberiam em panos. Se, até o momento, os soldados recebiam 14 *macutas*, o que equivalia a 700 réis em moeda de pano, passaram repentinamente ao “limitado soldo de dois tostões por mês”. O novo governador, que chegaria em seguida à Luanda, Henrique Jaques de Magalhães, enfrentaria um motim dos soldados, enraivecidos com a burla no pagamento. Na noite do 7 de novembro, os soldados recusaram-se a receber o soldo no dinheiro de “folhinhas” e menos ainda com esse deságio: insurgiram-se. Reunidos no entorno da pequena igreja de Nossa Senhora de Nazaré, que ficava fora dos muros de Luanda, ameaçaram os moradores de “queimar e destruir suas casas.”¹⁰⁵ O governador agiria com celeridade e violência, conseguindo controlar o motim do cobre, executando os seus líderes.¹⁰⁶

O ano de 1694 seria então marcado pela resistência dos soldados que se sentiam espoliados pela transição operada na zona monetária, com a abolição dos frágeis *libongos* substituídos pelas moedas de cobre produ-

105 AHU, CU, Angola, caixa 16, D. 1804,, *Carta do governador de Angola, Henrique Jaques de Magalhães*. Luanda, 13.12.1694.

106 Sobre o assunto, veja o capítulo 6 de meu livro *Moeda e Império: a formação do sistema monetário português no século XVII* (no prelo). Veja também Ralph Delgado, *História de Angola*, Luanda: Banco de Angola, 1971, v. 4, pp. 161-168. Delgado fala dos “sete arcabuzados”, com referência à dura repressão que se seguiu e resultou na execução sumária dos líderes do motim. Preferi a denominação “Motim do Cobre” inspirado em um outro importante “Motim do Cobre” (Медный бунт) que havia sacudido a Rússia em 25 de julho (4 de agosto) de 1662. Em razão do aumento dos impostos no contexto das guerras Russo-polonesas (1654-1667) e da desvalorização da moeda de cobre, milhares de pessoas das classes baixas de Moscou saíram às ruas em protesto. A dura repressão resultou em cerca de 900 mortos pelos soldados do czar Alexei Mikhailovich. David F. Burg, *A World History of Tax Rebellions: An Encyclopedia of Tax Rebels, Revolts, and Riots from Antiquity to the Present*, London: Routledge, 2004, pp. 220-221. Sobre motins militares no século XVI e XVII, suas dinâmicas e tipos, veja Geoffrey Parker, *The Army of Flanders and the Spanish Road, 1567-1659: The Logistics of Spanish Victory and Defeat in the Low Countries' Wars*, Cambridge: Cambridge University Press, 1972, pp. 185-206.

zidas no Reino. Esse motim ecoava, de alguma maneira, a Revolta do Terço Velho, ocorrida alguns anos antes em Salvador, na Bahia, em razão do atraso nos pagamentos dos soldos. A relação entre os dois sucessos pode ser feita, mas é assunto para outro trabalho. As trocas de pessoas e mercadorias – escravizados, soldados, tabaco, geribita etc. – que ligam o Brasil e Angola também teriam sido o suporte para a troca de posturas e atitudes políticas, formas de resistência e estratégias de readequação aos mecanismos de poder nos quadros do sistema colonial? O fato é que a gestão da moeda, ou a falta dela, está na raiz desses dois eventos. A consolidação do sistema monetário português, a partir das reformas de 1686-1688, foi a expressão do fortalecimento dessa assimetria social e da violência do Estado.¹⁰⁷

Recebido em 13 set. 2023

Aprovado em 13 maio 2024

doi: 10.9771/aa.v0i69.56443



107 Sobre a instituição da moeda estar sempre impregnada da violência do Estado, veja Michel Aglietta e André Orleán, *La violence de la monnaie*, Paris: Presses Universitaires de France, 1982.

Desde o século XVI, quando os portugueses estabelecem o controle do tráfico de escravizados na costa ocidental da África a partir do porto de São Paulo de Luanda, o uso das moedas locais, como o *zimbo*, caracterizaram a zona monetária dessa dimensão do Império Colonial português. Os portugueses apropriaram-se de práticas monetárias preexistentes e procuraram manter as trocas com base nessa moeda-mercadoria que tinha por base essas pequenas conchas encontradas sobretudo no litoral próximo à Luanda. Depois do curto domínio holandês, e a partir da restauração de 1648, a substituição da moeda local pelos panos *libongos* não conseguiu se sustentar por muito tempo, uma vez que essa nova moeda fiduciária perdia o seu valor e era objeto de grande contestação pelos moradores e interesses locais. Em 1694, os *libongos* seriam, então, substituídos por moedas de cobre.

Império Colonial Português (século XVII) | Angola | Sistema monetário | História da moeda | *Zimbo* | *Libongo*.

**ZIMBOS AND LIBONGOS:
THE CURRENCY IN THE GENERAL CAPTAINCY OF THE KINGDOM OF
ANGOLA (1570-1648)**

Since the 16th century, when the Portuguese established control of the slave trade from the West Central African port of São Paulo de Luanda, the use of local currencies, such as the zimbo, have characterized the monetary zone of this dimension of the Portuguese Colonial Empire. The Portuguese appropriated pre-existing monetary practices and sought to maintain exchanges based on this currency-merchandise based on small shells found mainly on the coast near Luanda. After the short Dutch rule and from the restoration of 1648, the replacement of this local currency by the libongo cloths could not sustain itself for long, since this new fiat currency lost its value and was the subject of great contestation by residents and local interests. In 1694, the libongos would be replaced by copper coin.

Portuguese Colonial Empire (17th century) | Angola | Monetary system | History of currency | *Zimbo* | *Libongo*.